

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZ EDUARDO GARCIA DA SILVA

**MAIS PRAGMATISMO E MENOS IDEOLOGIA: AS COLIGAÇÕES
VENCEDORAS PARA PRESIDENTE NO BRASIL**

PORTO ALEGRE

2014

LUIZ EDUARDO GARCIA DA SILVA

**MAIS PRAGMATISMO E MENOS IDEOLOGIA: AS COLIGAÇÕES
VENCEDORAS PARA PRESIDENTE NO BRASIL**

Dissertação apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Ciência Política na
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul.

Orientador: Prof. Dr Mauricio Assumpção Moya

Porto Alegre

2014

LUIZ EDUARDO GARCIA DA SILVA

**MAIS PRAGMATISMO E MENOS IDEOLOGIA: AS
COLIGAÇÕES VENCEDORAS PARA PRESIDENTE NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Maurício Assumpção Moya
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof^a. Dr^a. Silvana Krause
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof^a. Dr^a Maria Izabel Noll
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Prof. Dr. Maurício Michel Rebello
(Universidade Federal da Fronteira Sul)

Gostaria de agradecer a todos professores do curso de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo seu empenho demonstrado no ensino e divulgação da Ciência Política. Além disso, gostaria de agradecer especialmente, a meu orientador Prof. Dr. Maurício Moya de imprescindível importância por sua paciência, conhecimento e orientação durante todo o trabalho. E finalmente, aos professores doutores que compuseram a banca examinadora e também auxiliaram na produção deste trabalho, contribuindo com suas críticas e considerações.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise das coligações presidenciais vencedoras entre 1994 e 2010 comparando duas dimensões de análise: a ideologia e o pragmatismo eleitoral. A dimensão ideológica mediu a consistência das coligações. A dimensão pragmática avaliou o horário gratuito de propaganda eleitoral, a representação ministerial dos partidos que compunham a coligação vencedora (excluído o partido do presidente), e a representação eleita à Câmara dos Deputados. O estudo apresentou evidências de que os partidos atribuem maior importância à dimensão pragmática do que a ideológica quando definem suas estratégias de campanha.

Palavras-chave: Coligações eleitorais presidenciais. Sistema partidário brasileiro. Sistema eleitoral brasileiro. Eleições presidenciais.

ABSTRACT

This work aims to make an analysis on the winning electoral presidential coalitions between 1994 and 2010, comparing two different dimensions: ideology and electoral pragmatism. The ideological dimension of the presidential coalitions was based on their consistency. The pragmatic dimension assessed the campaign time available on TV for each coalition, the distribution on the representation of the coalitions' parties on the presidential cabinet (presidential party excluded), and the amount of representation concerning the coalitions' parties elected on the Chamber of Deputies. The study shed light on evidences that generally the parties give more importance to pragmatic aspects than ideological ones when they define their electoral strategies.

Key-words: Presidential electoral coalitions. Brazilian party system. Brazilian electoral system. Brazilian presidential elections.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM – Democratas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

IG – Índice de Governismo

IPE – Índice de Pragmatismo Eleitoral

IVI – Índice de Viés Ideológico

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social-Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSC – Partido Social Cristão

PSDC – Partido Social Democrático Cristão

PSN – Partido Solidarista Nacional

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSP – Partido Social Progressista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PV – Partido Verde

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FIGURAS

QUADRO 1 - As diferentes abordagens sobre coligações e principais argumentos.....	23
QUADRO 2 - O que estabelece a lei 9504/1997 acerca das coligações eleitorais.....	26
QUADRO 3 - Candidaturas à Presidência da República (1994-2010).....	29
QUADRO 4 - Número de partidos coligados versus número de partidos avulsos às eleições presidenciais (1994-2010).....	32
GRÁFICO 1- Número de partidos coligados x número de partidos avulsos para as eleições presidenciais (1994-2010).....	33
GRÁFICO 2 - Número de Coligações e Média de Partidos coligados (1989-2010).....	35
TABELA 1- Candidaturas à Presidência da República (coligadas) e Consistência Ideológica (1994-2010).....	38
GRÁFICO 3- Partidos de Direita (1994-2010) - Consistência Ideológica e Candidaturas Isoladas (em %)......	40
QUADRO 5 - Coligações vencedoras e Consistência Ideológica.....	43
GRÁFICO 4. – Distribuição de tempo do HGPE.....	49
QUADRO 6 - Coligações, distribuição do HGPE, proporção do tempo e resultado eleitoral.....	50
QUADRO 7 - Classificação das Coligações quanto ao seu HGPE e consistência ideológica.....	51
TABELA 2 - Presidentes e Composição do Gabinete Presidencial (na posse).....	53
TABELA 3- Coligações vencedoras e proporção de cargos ministeriais.....	54
GRÁFICO 5 – Porcentagem da representação parlamentar das candidaturas às eleições para presidente da República (1994-2010).....	56
TABELA 4 - Representação Parlamentar das coligações presidenciais (1994-2010).....	57
TABELA 5 – Coligações vencedoras, representação na Câmara dos Deputados eleita e pontuação.....	58
TABELA 6 – Índice de Pragmatismo Eleitoral (IPE) (1994-2010).....	59
TABELA 7 - Presidentes, Coligações, Consistência Ideológica e Índice de Pragmatismo Eleitoral.....	61
GRÁFICO 6 – Ideologia e outras variáveis nas coligações presidenciais vencedoras (1994-2010).....	62
TABELA 8 - Coligação eleita em 1989, consistência ideológica, tempo de HGPE e gabinete ministerial.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	11
2.1 Estudos das coligações no período democrático de 1945-1964.....	12
2.2 As coligações e suas conseqüências no sistema político e partidário pós-redemocratização.....	16
2.3 As coligações e o espectro ideológico.....	18
2.4 Executivo e estratégias de coligação.....	19
3 ARTIGO – Mais Pragmatismo e Menos Ideologia: as coligações eleitorais vitoriosas.....	22
1- Introdução.....	22
2 - A legislação eleitoral sobre as coligações eleitorais no Brasil.....	25
2.1 A verticalização das coligações.....	26
3-As candidaturas.....	28
3.1 – Coligações versus candidaturas isoladas.....	31
3.2 – Outros números acerca das coligações.....	33
4- O perfil ideológico.....	36
4.1 A consistência ideológica.....	37
4.2 Qual a importância da ideologia?.....	43
5 – Índice de pragmatismo eleitoral.....	45
5.1 - O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).....	48
5.2 Gabinetes Presidenciais.....	52
5.3 Representação na Câmara.....	55
5.4 O Índice de Pragmatismo Eleitoral.....	59
6 -Mais pragmatismo e Menos ideologia.....	60
6.1 Nota final: as eleições de 1989.....	63
4 CONCLUSÃO.....	65
5 REFERÊNCIAS.....	67

1 – INTRODUÇÃO

Apesar da variedade existente de estudos sobre eleições e instituições políticas, pode-se dizer que estudos sobre coligações no Brasil ainda são pouco numerosos se compararmos com outros temas da Ciência Política nacional. É uma lacuna considerável, pois a análise das coligações eleitorais permite interligar outros temas relevantes, como o sistema partidário, a organização interna dos partidos políticos e suas estratégias eleitorais. Muitos autores assumem o pressuposto de que os partidos políticos são atores racionais e maximizadores de utilidade (embora a ideia “maximizar a utilidade” deva ser melhor especificada dependendo do tema em que está se tratando), mas grande parte da literatura ainda os abordam pelo viés ideológico, mesmo que alguns estudos recentes já não entendam a ideologia com a mesma centralidade que ela já teve.

O trabalho que se tem em mãos procurou encontrar uma lógica para a formação das coligações eleitorais ao cargo de Presidente da República desde 1994 até 2010¹, totalizando cinco eleições. Durante este período o processo eleitoral sofreu alterações que afetaram o cálculo estratégico dos partidos e dentre elas destacamos a verticalização de coligações imposta às eleições de 2002 e 2006. É preciso compreender as possíveis consequências que esta particularidade teve nas estratégias eleitorais dos partidos e é um ponto a ser levado em conta se pretendemos reconhecer o comportamento das siglas partidárias.

Importa neste momento esclarecer que este trabalho tratou a questão das estratégias das coligações eleitorais a partir de duas dimensões: a primeira delas foi a dimensão ideológica, isto porque a opção de um partido em se aliar apenas com agremiações de mesmo espectro ideológico também é uma decisão estratégica válida. Logo, a análise pelo viés ideológico não deixa de “maximizar” a utilidade dos partidos políticos no sentido de que a opção por tal estratégia pode minimizar custos de transação (negociação) no futuro.

A outra dimensão examinada inclui: o tempo do partido no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), a representação dos partidos das coligações vencedoras nos gabinetes ministeriais no dia da posse, e a representação da Câmara dos Deputados depois das

¹ As eleições 1989 foram excluídas da análise pois trata-se de um pleito *sui generis*, não houve concomitância entre as eleições para deputado federal, estadual, governador e senador e presidente, o que dificultaria a análise das variáveis em outros níveis de disputa. Em outras palavras, as coligações não consideravam ganhos em outras arenas. No quadro final apresentamos alguns dados relativos acerca desta eleição.

eleições. Essas três variáveis compõem o que denominamos Índice de Pragmatismo Eleitoral (IPE), a segunda dimensão de análise que será comparada com a consistência ideológica das alianças eleitorais vencedoras.

A primeira variável que compõe o IPE é o tempo de HGPE. É comum entre estudos de Ciência Política no Brasil que se assumam que os partidos se coligam para ganhar mais tempo de TV. Entretanto, reconhecemos que o cálculo possa ser o inverso, isto é, os partidos podem aliar-se para diminuir o tempo de HGPE do seu oponente. A questão das motivações de cada partido no entanto não foi abordada aqui.

A segunda variável incluída no cálculo do IPE é a representação dos partidos que compunham a coligação vencedora nos gabinetes ministeriais no dia da posse. Essa é uma variável que permite analisar o quanto os partidos ganharam em termos de representação ministerial após as eleições. Se não nos permite analisar todas as coligações, pelo menos identificamos naquelas que venceram o pleito certo padrão comportamental.

A terceira e última variável que forma o IPE é a representação na Câmara dos Deputados depois das eleições. É possível crer que os partidos coligam-se esperando obter ganhos em outras instâncias que não apenas no Executivo. Uma das maneiras de mensurar esses ganhos é tentar identificar o quanto foi obtido da representação na Câmara pelos partidos que compunham a coligação vitoriosa na eleição presidencial.

Os resultados apresentados apontam que ao longo do tempo a ideologia vai perdendo a sua importância na formação das coligações. Ela teve uma importância média durante as eleições que Fernando Henrique Cardoso venceu (1994 e 1998) e pouca importância nas últimas três eleições vencidas pelo PT (Lula em 2002 e 2006; e Dilma em 2010). Além disso, cabe destacar que a análise do IPE demonstrou ser muito importante a dimensão pragmática na eleição de FHC em 1998, e no pleito em que Dilma saiu vitoriosa. Por outro lado, é possível que nas eleições em que Lula venceu (2002 e 2006), a dimensão pragmática tenha sido afetada por conta da imposição da verticalização das coligações.

2-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os estudos referentes às coligações brasileiras estão presentes na Ciência Política brasileira. já há um bom tempo. Mesmo não gozando do mesmo prestígio nem da mesma

quantidade de trabalhos produzidos em outras áreas da Ciência Política, encontram-se estudos sobre as coligações brasileiras desde a década de 1970.

É possível dividir os eixos temáticos das principais obras acerca do estudo das coligações no Brasil. No primeiro momento, relacionamos os trabalhos referentes ao período democrático de 1945-1964 (Soares 1964; Souza 1974; Lima Jr. 1983; Santos 1987; Sousa 2006). Em seguida são apresentados estudos sobre as coligações e as suas consequências ao sistema partidário e político do país após a redemocratização (Nicolau 1996; Machado 2005; Krause 2005; Socorro Braga 2006; Marchetti 2010; Fleischer 2010). Em geral, estes autores examinam em que medida as coligações impactaram a representação política e de que maneira elas afetaram a distorção e a fragmentação dos partidos políticos. Um terceiro tema da área diz respeito aos estudos que abordam o viés ideológico (Sousa 2010; Anastasia, Nunes, Meira 2010; Dantas e Praça 2010; Miguel e Machado 2010). Por fim, existem aqueles trabalhos que analisam a influência do Executivo e a dinâmica das coligações (Dantas 2007; Machado 2007; Krause e Godoi 2010; Aline Machado 2010; Peixoto 2010; Ribeiro). Essa é subdivisão que será adotada em nossa revisão bibliográfica aqui.

2.1- Estudos das coligações no período democrático de 1945-1964

Os primeiros trabalhos sobre as coligações tratam do tema no período democrático de 1945 até 1964. Soares (1964) foi um dos primeiros a abordar a questão de maneira mais sistemática. No artigo “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria” (1964) o autor apresenta duas teorias que explicariam o comportamento coligacionista dos partidos políticos. A primeira delas ele denominou de *teoria da economia de esforços*. Os partidos, conhecendo os constrangimentos institucionais do sistema eleitoral, tentarão maximizar o seu desempenho nas eleições parlamentares. Esta teoria dá origem a três hipóteses testadas pelo autor: a) os partidos menores tendem a coligar-se mais do que os partidos maiores; b) as alianças eleitorais são mais frequentes para a Câmara dos Deputados do que para as Assembleias Legislativas e; c) os partidos aliam-se mais nas eleições majoritárias do que nas proporcionais. A segunda teoria referente às coligações foi chamada de *teoria da resistência ideológica*. Os partidos seriam os representantes de bases sociais bem estratificadas e os partidos tenderiam a aliar-se àqueles com uma configuração social e ideológica aproximadas. Mais duas hipóteses são formuladas: d) As alianças tem menor ocorrência nos Estados urbanos do que nos rurais e; e) partidos com ideologia

definida (PTB e PSP) formariam menos alianças do que os outros partidos. O autor testa as duas teorias e confirma que a *teoria da economia de esforços* é mais factível do ponto de vista empírico, embora reconheça que do ponto de vista de uma sociologia política seja mais importante analisar os condicionamentos ideológicos e sociais dos partidos políticos.

Isabel de Oliveira (1973) analisa as coligações apenas para as eleições de deputado federal. A autora apresenta as suas conclusões a partir de duas dimensões complementares: a dimensão ideológica e a diferenciação dos contextos urbanos e agrários. Buscando a lógica das coligações, a autora apresenta a taxa de inconsistência das alianças eleitorais. No que diz respeito à inconsistência em termos ideológicos, ela se daria com a aliança entre partidos de esquerda e direita se coligando. Do ponto de vista geográfico a inconsistência está na aliança entre um partido de carácter urbano e outro de característica agrária. Oliveira conclui que tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista geográfico, a taxa de coligações inconsistentes foi minoritária, demonstrando assim um padrão de persistência e de não-aleatoriedade nas alianças partidárias.

Abordando a temática da institucionalização partidária no período de 1930 a 1964, Maria do Carmo Campello de Souza analisa os efeitos das alianças eleitorais durante o período democrático. A autora reforça a tese da racionalidade dos partidos presente em Soares (1974) apresentando quatro características do comportamento aliancista: a primeira delas é o que a autora denominou de situação majoritária. Ou seja, quando os partidos acreditam na sua vitória de forma isolada, eles não se aliam. Foi o caso do PSD nas eleições de 1950. O partido conseguiu mais de 50% das cadeiras nas eleições de 1945 e portanto, decidiu disputar isoladamente o pleito posterior; b) em contrapartida há uma situação minoritária: sem a possibilidade de obter maioria os partidos optam por “objetivos subsidiários”. Aliam-se para ganhar o máximo de representatividade possível; c) efeito do número de cadeiras a serem preenchidas. Como o número de votantes é mais ou menos constante, o quociente eleitoral torna-se uma dimensão importante a ser considerada. Quanto menor o quociente, menor a incidência de coligações (é mais fácil os partidos menores obterem o número de votos suficientes para eleger um representante). Dessa característica decorrem duas consequências: primeiro, a presença de coligações será maior nas eleições à Câmara dos Deputados, dado o menor número de cadeiras em disputa, do que para as assembleias estaduais e; segundo, nas eleições majoritárias

(Executivos e Senado) do que nas proporcionais. Por fim; d) tamanho dos partidos também interfere na incidência de coligações. Partidos menores se coligam mais, pois: necessitam obter uma representatividade mínima para assegurar a sua existência; tentam garantir mais votos quando da divisão das sobras, que só são repartidas pelos partidos que obtém o coeficiente eleitoral², e buscam aumentar o seu poder de barganha em relação aos partidos maiores. Já que não conseguiriam controlar nenhuma das casas legislativas isoladamente, os partidos menores trocam seu apoio eleitoral por ganhos posteriores dos partidos maiores. Por fim destaca a autora que o maior número de coligações ao longo do período democrático decorreu da crescente importância das disputas eleitorais, caracterizando assim uma maior racionalização das estratégias partidárias. Porém, a autora alerta que em 1962, por exemplo, aliar-se já não conduziu a ganhos substantivos.

Olavo Brasil de Lima Júnior (1983) destaca que o entendimento das coligações deve partir de uma lógica de “racionalidade contextual”. Este tipo de racionalidade diz respeito à análise de duas variáveis: a) o tamanho dos partidos; e b) o nível de competição. Em relação ao tamanho dos partidos, o autor afirma que ele é distinto entre os estados e os diferentes níveis de disputa eleitoral. No que diz respeito ao nível de competição o autor apresenta os dados referentes às coligações nos pleitos para a Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas no período entre 1945 até 1962. As coligações seguem o mesmo padrão nos dois níveis: maior número de coligações ocorreu entre pelo menos um dos cinco maiores e um dos menores partidos. Sendo assim, a abordagem deve ser “contextualizada”, isto é, observar a força local relativa dos partidos políticos. Diante da análise de dados o autor conclui que as coligações são estratégias partidárias feitas com o intuito de maximizar o seu suporte eleitoral e, ao mesmo tempo, de formar alianças tentando minimizar o potencial de apoio do seu oponente.

Santos (1987) identifica que o sistema partidário-parlamentar do início dos anos 1960 acabou por implodir-se, de maneira que os militares em 1964 encontram-no em estado de paralisia. Dentre a dinâmica que levou o sistema partidário a tal situação está a possibilidade da formação das coligações eleitorais. As outras razões seriam a falta de um mecanismo que excluísse da representação parlamentar os partidos com número reduzido de votos nacionalmente

² As regras estabeleciam que as sobras eram divididas entre aqueles partidos que conseguissem eleger pelo menos um representante antes da contagem das sobras.

e, em menor escala, a impunidade àqueles parlamentares eleitos por legendas pequenas que no dia da posse já se encontravam em outras agremiações partidárias. Santos então apresenta duas hipóteses que justificariam a existência de tal mecanismo: a primeira é a de que há uma conexão entre a competitividade interpartidária e a ocorrência de coligações; quanto maior a competição, dado o número de partidos efetivos em disputa, maior seria a ocorrência do comportamento aliancista. Porém, mais adiante o autor afirma não encontrar nenhuma correlação entre grau de competitividade e número de coligações. A segunda hipótese que justificaria a existência das coligações seria que o número de coligações deve ser mais alto entre partidos do mesmo espectro ideológico, e esta hipótese também é refutada. Atesta o autor que o número de coligações inconsistentes (partidos ideologicamente distintos aliados na ocorrência da eleição) contabiliza a maioria do total das ocorrências nas eleições proporcionais (56% em 1950, 66% em 1954, 79% em 1958 e 56 % em 1962). As coligações seriam formadas apenas como uma maneira de maximização de votos. Portanto, “se a motivação da aliança era eleitoral, essa motivação basta para esclarecer as inconsistências, ao preço porém de afastar a hipótese democratizante para a formação de alianças, consistentes ou inconsistentes” (Santos p.108, 1987). O fato de as coligações serem motivadas puramente por interesses eleitorais causou uma “descaracterização da representação” uma vez que um voto progressista poderia eleger um parlamentar conservador e vice-versa.

O texto de Vivaldo de Sousa (2006) compara as coligações partidárias entre o período de 1954-62 e o período de 1986-94. O autor faz três constatações importantes: em primeiro lugar, o autor aponta que a concomitância de pleitos majoritários e proporcionais aumenta o número de deputados eleitos por coligações bem como a incidência destas. Esta conclusão diz respeito apenas ao período de 1954 e 1962, pois havia estados em que a eleição para governador não era concomitante com as eleições para as assembleias estaduais e Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, os partidos, em ambos os períodos, adotam a estratégia de maximizar os resultados. Ou seja, a teoria da escolha racional é validada para explicar as coligações nas eleições parlamentares. A incidência de coligações por aproximações ideológicas, embora ainda consideradas racionais, ficam restritas ao segundo plano. Por fim, Sousa demonstra que o número de coligações para as eleições estaduais é menor do que nos pleitos para deputado federal. Isto ocorre por duas razões: a) o quociente eleitoral é menor nas eleições para as assembleias

estaduais; e b) há um maior número de vagas em disputa o que diminui a necessidade de os partidos se aliarem em busca de aumentar as suas possibilidades de vitória.

2.2- As coligações e suas consequências no sistema político e partidário pós-redemocratização

Nicolau (1996) aborda a questão das coligações tentando explicar o multipartidarismo do sistema político brasileiro. O autor aponta duas relações no que tange esse dispositivo institucional. Em primeiro lugar ele afirma que quanto maior a magnitude distrital, maior será a possibilidade de uma eventual coligação se fazer presente. Em segundo lugar, os partidos menores teriam a tendência de se coligar mais. Portanto, os cálculos que os partidos fazem dizem respeito à possibilidade um partido eleger ou não os seus candidatos. Porém no que se refere às estratégias eleitorais, os partidos se aliam pensando também: a) na ampliação de seu tempo de horário eleitoral gratuito; b) levam em conta o poder de chantagem (um partido Y tenta se aliar a um partido maior X ameaçando-o de caso não aceita a sua proposta este se aliará ao rival de X); c) o aumento no número de candidatos que podem disputar as eleições. O autor conclui que as coligações eleitorais promovem uma injustiça alocativa. Ou seja, por meio da coligação, os partidos menores conquistam assentos mesmo não atingindo o quociente eleitoral em um distrito e os partidos maiores por seu turno, não contestam a utilização de tal mecanismo já que a federalização partidária pode lhes ser desfavorável. Em outras palavras, partidos maiores em algumas circunscrições eleitorais podem ser menores em outras.

Machado (2005) procurou entender a lógica das coligações no Brasil a partir das eleições para a Câmara dos Deputados nos anos de 1994 e 1998. Despreendem-se de seu texto seis conclusões: 1) não se pode dizer que o número de eleitos via coligação aumentou de uma eleição para outra; em 1994 foram 471 parlamentares eleitos graças às coligações e esse número caiu para 456 em 1998; 2) a baixa magnitude de um distrito eleitoral incentiva à formação das coligações; em 1998, nos estados de baixa magnitude eleitoral (8 cadeiras em disputa), 88% dos partidos se coligaram; 3) o tamanho do partido é um dos fatores determinantes para a formação (ou não) das coligações; os partidos pequenos se coligam mais; 4) sempre que possível os partidos tentam se coligar com outros do mesmo espectro ideológico. A incidência de coligações consistentes foi a maior no período analisado; 5) os partidos de direita e de esquerda tem a mesma frequência na formação das coligações. O centro, entretanto, se coligou menos; por fim 6)

PFL e PT apresentaram menor incidência de coligações inconsistentes nas eleições de 1994 e 1998.

O estudo de Krause (2005) pretendeu demonstrar a lógica das coligações na dimensão executiva (presidente e governador) entre 1994 e 2002 comparando a formação das alianças eleitorais. Sua variável foi a de coesão partidária (aqueles que conseguem elaborar estratégias de âmbito nacional uniformemente “evitando que a organização caminhe de forma dispersa em direções opostas e desordenadas nos seus diferentes espaços geográficos de atuação – estados)” (Krause, 2005, p.118). A autora afirma que os partidos não conseguem agir de forma coesa nacionalmente (a correlação é fraca). Ou seja, a nacionalização dos partidos se dá de maneira “débil”.

O estudo de Maria do Socorro Braga (2006) trata de três questões básicas: a) medir em que grau as coligações partidárias afetam a fragmentação partidária, na medida em que partidos com votações bem abaixo do quociente eleitoral conseguem assentos no parlamento; b) quantificar a desproporcionalidade do sistema partidário; c) identificar os partidos beneficiados e prejudicados quando coligados e os incentivos para os partidos grandes (aqueles que obtiveram número de votos maior do que três quocientes eleitorais) que perdem cadeiras ao coligarem-se. Suas principais constatações resumem-se em três pontos: 1) proibir as coligações não altera substantivamente a fragmentação do sistema partidário. Portanto, as coligações não são a causa principal da dita fragmentação partidária; 2) o fim das coligações aumentaria a desproporcionalidade vigente em nosso sistema eleitoral e; 3) os partidos maiores nacionalmente, dado que não tem a sua força relativa igualmente distribuída entre os estados, perdem alguns assentos nas eleições proporcionais, mas acabam sendo beneficiados pelo apoio dos partidos menores nas eleições majoritárias. Ou seja, para os partidos maiores, naqueles estados em que são fracos, faz sentido coligar-se com os partidos menores.

Marchetti (2010) tem por objetivo analisar os motivos que conduziram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a aplicar a chamada verticalização das coligações eleitorais nas eleições de 2002 e 2006. O autor afirma que a motivação principal da justiça deveu-se ao caráter nacional dos partidos políticos. Em outras palavras, o objetivo da decisão era proibir que partidos coligados para o Executivo federal formassem coligações no nível estadual com partidos oponentes àqueles da disputa federal, ampliando assim sua dimensão nacional. A conclusão do

autor foi a de que essa decisão acabou por reforçar o caráter regional das agremiações partidárias. O principal indício dessa conclusão foi a diminuição da quantidade dos partidos que apresentaram candidaturas à presidência e o aumento do número dos partidos que disputaram apenas as eleições no âmbito estadual.

Fleischer (2010) também aborda o tema da verticalização. Ele analisa o efeito da verticalização nas coligações proporcionais. Para tanto, ele compara os dois pleitos anteriores à imposição da verticalização, de 1994 e 1998, com aqueles em que a regra valeu, em 2002 e 2006. O autor testa duas hipóteses: a primeira é a de que o TSE teria razão ao caracterizar as coligações de 1994 e 1998 como esdrúxulas (inconsistentes do ponto de vista ideológico e/ou distintas das coligações presidenciais); a segunda é a de que a verticalização reduziu o nível de inconsistências nas coligações. Os resultados apresentados confirmaram a primeira hipótese, mas não a segunda. Sim, as coligações eram esdrúxulas em 1994 e 1998, contudo, a verticalização não foi capaz de reduzir o grau de inconsistência nas eleições de 2006 que inclusive apresentaram índices de inconsistência maiores do que em 1998.

2.3- As coligações e o espectro ideológico

Vivaldo de Sousa (2010) avalia se os mecanismos de reeleição para os executivos (presidente e governador) influenciam a formação das coligações e a consistência ideológica das mesmas. As eleições analisadas são as de 1998, 2002 e 2006. O autor apresenta cinco conclusões: 1) nas disputas que envolvem candidatos à reeleição de governador há o predomínio de coligações inconsistentes; 2) vem diminuindo a proporção de coligações consistentes para a Câmara dos Deputados - o autor atribui essa conclusão à atuação do governador, que acaba forçando a formação de coligações inconsistentes; 3) para os cargos de deputado estadual e distrital o grau de consistência ideológica das coligações aumenta; 4) o aumento da ocorrência de coligações inconsistentes deve-se a mudança da estratégia de coligações do PT, que moveu-se ideologicamente para o centro do espectro político; e 5) o autor também atribui o aumento da incidência de coligações inconsistentes ao aumento da fragmentação partidária.

O texto de Anastasia, Nunes e Meira (2010) estuda as coligações formadas por PT e PSDB nas eleições para os cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente). O objetivo dos autores é o de entender porque existem pleitos em que PT e PSDB estão coligados e outros

em que os partidos estão em chapas opostas nas eleições de 1998 a 2008. Primeiro, nas eleições presidenciais e estaduais os dois partidos preferiram competir ao invés de cooperar. É preciso ressaltar que nos pleitos de 2002 e 2006 havia a regra da verticalização. Segundo, no que diz respeito às eleições municipais observa-se um comportamento distinto: em cidades de pequeno porte (menos do que 200.000 eleitores) as coligações entre os dois partidos aumentaram, porém quando o número de eleitores foi maior, diminuiu a incidência de alianças eleitorais entre os dois partidos. Os autores ressaltam o caráter aninhado (contextual) das eleições brasileiras bem como admitem que existem múltiplas arenas em jogo nessas disputas (Tsebelis 1990).

Dantas e Praça (2010) buscam compreender o posicionamento ideológico dos pequenos partidos (aqueles que contam com menos de 1% dos votos na Câmara dos Deputados em pelo menos duas das três eleições de 1998, 2002 e 2006) tendo como variável explicativa as coligações eleitorais para os Executivos municipais de 2000 a 2008 em todo o país. O dado importante na pesquisa é o de que os partidos pequenos respeitam discretamente a classificação ideológica a eles atribuída. A conclusão dos autores é: na medida em que aumenta o peso dos partidos maiores de esquerda (PT e PCdoB) nas eleições majoritárias, maior é o número de siglas pequenas de direita à eles coligados. Por consequência, aumentando a incidência de coligações inconsistentes.

Por fim, o texto de Miguel e Machado (2010) trata da evolução da política de coligações do PT nas eleições municipais brasileiras entre 2000 e 2008. Os autores descrevem esse processo como uma “progressão rumo ao ‘pragmatismo’” e o ano de 2004 marca uma mudança no perfil estratégico do PT. O partido, visando ampliar sua base eleitoral, adota uma estratégia de expansão em regiões em que tinha pouca inserção, firmando alianças eleitorais com partidos conservadores. Dessa forma, o partido apresentou uma alteração em seu perfil ideológico. Adotou um movimento aproximação com a direita além de ampliar o escopo ideológico de suas coalizões quando se tornou situação.

2.4 Executivo e Estratégias de coligação

A tese de doutorado desenvolvida por Dantas (2007) buscava compreender a lógica das coligações nas eleições majoritárias municipais de 2000 e 2004. A conclusão do autor é a de que os partidos organizam suas coligações eleitorais tendo como referência os estados, e essa lógica

tem forte impacto nas decisões estratégicas da formação das coligações nas eleições municipais. O partido do qual pertence o governador do estado é o que serve de referência para determinar as estratégias partidárias.

Machado (2007) também aborda as eleições municipais de 2000 e 2004. O autor busca compreender as estratégias coligacionistas de seis partidos (PMDB, PFL, PSDB, PP, PDT e PT). Ele utiliza como variáveis o Índice de Governismo (IG) e o Índice de Viés Ideológico (IVI). Suas principais constatações são no sentido oposto às de Dantas (2007), descritas acima. As divisões estaduais ou regionais não interferem na lógica coligacionista dos partidos políticos. O que interfere no cálculo dos partidos é o tamanho do eleitorado. Além disso o autor conclui que: a) o aspecto ideológico é irrelevante; b) a coligação de partidos governistas depende do ambiente político (em 2000 o governo estava mal cotado nas pesquisas de opinião; os partidos se coligavam pouco; c) houve aumento no número de partidos coligados; d) na medida em que aumentava o contingente populacional aumentava também a coerência das coligações eleitorais.

Krause e Godoi (2010) analisam os pleitos para os Executivos estaduais de 1986 a 2006. Os autores propõem uma análise do padrão e evolução das coligações nesses pleitos indicando continuidades e descontinuidades durante esse período. São analisadas duas dimensões: o perfil das candidaturas e a estratégia dos partidos. Os autores apresentam como principais resultados: predomínio das coligações nas candidaturas ao Executivo dado o enorme grau de incertezas na competição eleitoral; a existência de uma “racionalidade contextual” na formação das coligações; crescimento das coligações inconsistentes ideologicamente, após 1998 de maneira mais acentuada; e, as coligações consistentes não possuem um desempenho melhor eleitoralmente falando. As semi-consistente apresentaram um melhor índice de sucesso eleitoral nos últimos pleitos abordados (2002 e 2006).

Machado (2010) busca compreender as motivações para os partidos que formam as coligações minimamente vitoriosas (aquelas em que a coligação deixa de sair vitoriosa a medida em que um partido é excluído da aliança). A autora analisa as coligações para as eleições presidenciais de 1998 a 2006. Ela testa duas hipóteses: a primeira que indica que a verticalização forçou a formação de coligações minimamente vitoriosas pois aumentou os custos de ter aliados desnecessários. A segunda, afirma que a verticalização fez com que as alianças eleitorais minimamente vitoriosas fossem mais consistentes ideologicamente. Apenas a primeira hipótese é

confirmada. A verticalização fez com que os partidos fizessem coligações eleitorais contando com o menor número possível de partidos que lhes garantissem a vitória. Isto fez inclusive que algumas alianças primassem mais pelo tamanho da sigla em sua coligação do que o aspecto ideológico.

O estudo de Peixoto (2010) trata da estratégia coligacionista nas eleições municipais de 2000 a 2008 dos 12 maiores partidos (PFL, PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PV, PSB, PC do B e PT). O autor busca analisar quantas vezes esses partidos firmaram alianças eleitorais entre si. Desse modo, sua unidade de análise não são as coligações propriamente ditas mas sim os parceiros eleitorais sendo o contingente populacional o seu recorte analítico. Assim, ele identifica que quanto menor for o município, maior é a possibilidade de encontrarmos aliados em coligações entre partidos ideologicamente opostos. . Por outro lado, na medida em que aumenta o número de eleitores aumenta também a rigidez da estratégia de coligação das agremiações.

Por fim, apresentamos o texto de Ribeiro (2010). O autor também analisa as eleições para os Executivos municipais entre 1996 e 2008. O seu intuito é o de analisar a lógica coligacionista dos seguintes partidos: PT, PDT, PSB, PMDB, PSDB, PL/PR, PTB, PFL/DEM e o PPB/PP. O autor busca verificar a consistência ideológica deles nas vinte e seis capitais e cinquenta e três municípios que contabilizam mais de duzentos mil eleitores. Ou seja, locais onde pode ocorrer o segundo turno. Sua principal constatação é que os maiores partidos formam coligações buscando maximizar suas chances e diminuir seus custos eleitorais, e ao mesmo tempo tentar impedir que seus adversários costurem apoios que lhes garantam melhores condições de disputa.

3 ARTIGO – Mais Pragmatismo e Menos Ideologia: as coligações eleitorais vitoriosas.

1 Introdução

As coligações eleitorais são um importante mecanismo das estratégias partidárias do sistema político brasileiro. No que concerne às eleições proporcionais, sua relevância se apresenta já na possibilidade dos partidos ofertarem um número maior de candidaturas. Já nas eleições majoritárias os benefícios que levam os partidos a adotarem as coligações eleitorais não são tão claros. É preciso compreender as implicações desse mecanismo para os partidos nas eleições majoritárias, como por exemplo: aumento de tempo no horário político eleitoral gratuito, aumento do apoio de partidos com representação parlamentar (o que implica na diminuição do poder de barganha dos adversários), cargos ministeriais a serem distribuídos aos partidos aliados, apoio de partidos ideologicamente próximos. Enfim, podem ser enumeradas várias possíveis motivações que levam os partidos a se aliarem nas disputas majoritárias. Entretanto, apenas elencar as variáveis não é suficiente para explicar a lógica nem o perfil das coligações eleitorais nas eleições presidenciais brasileiras.

O artigo presente tem o objetivo de examinar quais as motivações das coligações eleitorais presidenciais vitoriosas desde 1994 até as eleições de 2010. Em outras palavras, a pergunta a ser respondida aqui é: as alianças eleitorais vencedoras priorizaram a ideologia nas suas estratégias coligacionistas ou deram maior importância à outras variáveis pragmáticas? Nossa hipótese é a de que os partidos tendam a maximizar suas utilidades priorizando ganhos eleitorais, ao invés de atribuir muita importância à dimensão ideológica. Nesse sentido, não queremos dizer que a ideologia não foi importante na elaboração das chapas eleitorais, mas que outras variáveis tiveram maior relevância.

Existem diferentes formas de abordar a questão das coligações e a motivação dos partidos políticos para se aliarem nas disputas eleitorais. O debate acadêmico girou em torno de alguns temas dentro desta área de estudos: a) o primeiro engloba os estudos acerca das coligações durante o período de 1945-1964 (Soares 1964; Souza 1974; Lima Jr. 1983; Santos 1987; Sousa 2006); b) o segundo tem seu enfoque sobre o efeito gerado pelas coligações no sistema partidário pós-redemocratização (Nicolau 1996; Machado 2005; Krause 2005; Socorro Braga 2006;

Marchetti 2010; Fleischer 2010); c) um terceiro analisa as coligações e o espectro ideológico (Sousa 2010; Anastasia, Nunes, Meira 2010; Dantas e Praça 2010; Miguel e Machado 2010) e; d) e o último incorpora o Executivo nas estratégias de coligação eleitoral (Dantas 2007; Machado 2007; Krause e Godoi 2010; Aline Machado 2010; Peixoto 2010; Ribeiro 2010). O quadro 1 abaixo resume as temáticas e os principais argumentos dos autores supracitados:

QUADRO 1 - As diferentes abordagens sobre coligações e principais argumentos

Temas	Principais argumentos
Coligações no período democrático (1945-1964)	Partidos buscam maximizar seu desempenho eleitoral (Soares 1964, Souza 1974, Lima Jr 1983, Santos 1987, Sousa 2006) A incidência de coligações é maior nas eleições majoritárias do que nas proporcionais (Soares 1964, Santos 1987, Souza 1974) São menos incidentes as coligações entre partidos de mesmo espectro ideológico (Santos 1987, Soares 1964)
Coligações pós 1988	Partidos menores tendem a coligar mais (Nicolau 1996, Machado 2005) A coligação amplia a fragmentação partidária (Nicolau 1996) As coligações não ampliam a fragmentação partidária (Braga 2006) Os partidos não possuem coesão nas suas estratégias de coligação (Marchetti 2010, Krause 2005) A verticalização diminuiu a incidência de coligações esdrúxulas (inconsistentes ideologicamente ou diferentes das coligações presidenciais (Fleischer 2010)
Coligações e Ideologia	Há o predomínio de coligações inconsistentes (Sousa 2010, Dantas e Praça 2010) PT e PSDB tendem a coligar-se nas eleições municipais em cidades de pequeno porte (Anastasia, Nunes e Meira 2010,) Na medida em que PT e PC do B aumentam em importância nas eleições majoritárias, aumenta o número de coligações entre eles e os partidos pequenos de direita (Dantas e Praça 2010) O PT vem aumentando o número de coligações com partidos conservadores (Miguel e Machado 2010)
Executivo e estratégias de coligação	As coligações nas eleições municipais tem como referência o peso dos partidos nos Estados (Dantas 2007) As divisões estaduais não interferem na lógica das coligações, mas sim o tamanho do eleitorado e o ambiente político (avaliação do governo) (Machado 2007) Predomínio de coligações nas eleições ao Executivo (Krause e Godoi 2010, Machado 2007) As coligações inconsistentes são predominantes nas eleições aos Executivos estaduais (Krause e Godoi 2010, Machado 2010, Ribeiro 2010) Quanto menor o município maior a incidência de coligações inconsistentes (Peixoto 2010)

Fonte: Elaborado pelo autor

O trabalho de Soares (1964) foi o primeiro a abordar a temática a partir de duas dimensões distintas: a) *teoria da economia de esforços* e; b) *teoria da resistência ideológica*. A

primeira diz respeito ao perfil racional e maximizador de utilidades dos partidos políticos. Estes, reconhecendo as regras eleitorais instituídas, tenderão a buscar um aumento na sua representatividade parlamentar. Já a segunda vincula os partidos a um perfil sociológico mais bem segmentado. A ideia é que partidos políticos com ideologias mais nítidas tenderiam a formar menos alianças eleitorais.

É preciso reconhecer que do ponto de vista metodológico a abordagem desenvolvida por Soares se preocupa em explicar o comportamento dos partidos no âmbito parlamentar. Aqui, nosso objeto de análise são as eleições majoritárias para o Executivo. O que se depreende da abordagem citada é que também é possível buscar uma explicação lógica para as coligações eleitorais que leve em consideração tanto a ideologia como outros fatores estratégicos. Dessa maneira, o estudo abrange dois campos consolidados que a literatura sobre as coligações vem utilizando para compreender tal fenômeno eleitoral: o da ideologia e o do pragmatismo eleitoral como determinantes ou não das estratégias aliancistas dos partidos.

Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte maneira: as duas primeiras seções apresentam como se estrutura a competição eleitoral no Brasil e alguns dados sobre as candidaturas e coligações. Na primeira, fazemos uma breve revisão do histórico da legislação, apresentando também o dispositivo da verticalização das coligações que vigorou nos pleitos de 2002 e 2006. Na segunda, a ideia é examinar todas as alianças eleitorais formadas nas eleições presidenciais de 1994 a 2010, o número de candidaturas coligadas e o quanto as coligações representavam em assentos na Câmara dos Deputados.

Em seguida, avaliaremos as coligações pelo seu perfil ideológico. Retomaremos o conceito de consistência ideológica já cristalizado na literatura científica como um recurso metodológico. A ideia é avaliar se existem padrões distintos na lógica coligacionista para as eleições presidenciais dependendo da ideologia dos partidos que compõem a chapa.

A quarta seção diz respeito a outras variáveis que entram no jogo político. Denominamos essa dimensão de pragmática, mas reforçamos a ideia de que isso não implica em afirmar que a ideologia não seja também um componente estratégico da atuação dos partidos políticos. Entendemos que as alianças eleitorais são formadas em termos de expectativas de resultados (Machado 2011) e tem um caráter de jogos ocultos (Tsebelis, 1990). Nesse sentido, nosso intuito

foi o de buscar outras possíveis motivações para a formação das coligações que não a ideológica. Portanto, o mais preciso seria definir o capítulo como a análise da dimensão pragmática excluída a ideologia. As variáveis analisadas serão: o tempo de distribuição das coligações no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), a porcentagem dos partidos da coligação vencedora representada nos gabinetes ministeriais excluído o partido do presidente e a representação que as coligações eleitorais presidenciais conquistaram na Câmara dos Deputados.

Por fim, serão apresentadas as conclusões do trabalho em que testamos a importância da ideologia comparando-a com a dimensão estratégica, através do IPE com as devidas considerações e constatações do trabalho.

2 - A legislação eleitoral sobre as coligações eleitorais no Brasil

Em nossa tentativa de explorar as coligações eleitorais vitoriosas nas eleições para presidente da República é preciso entender quais são as regras do jogo, pois elas influenciam as decisões dos atores. Nesse sentido, compreender como se deu a formação do contexto institucional atual é o primeiro passo para entender a lógica do processo eleitoral vigente. Essa primeira seção busca, portanto, traçar um breve histórico da legislação acerca das coligações no sistema eleitoral brasileiro.

As coligações eleitorais no Brasil foram celebradas pela primeira vez nas eleições parlamentares de 1950. Elas foram permitidas até 1962. Com o advento do golpe militar em 1964 e a fixação de um novo código eleitoral em julho de 1965, foi suprimida a possibilidade dos partidos políticos se coligarem. Após 20 anos de proibição, as coligações eleitorais voltaram a ser permitidas com a Lei 7454 de 1985, que estabelecia a permissão das alianças eleitorais para os cargos de deputado estadual, federal e vereador.

As coligações nas eleições presidenciais foram permitidas já na primeira eleição direta em 1989. A Lei 7773 de 1989 estabeleceu a regulamentação das alianças eleitorais para aquele pleito. A lei que estabeleceu as normas para as eleições de 1994 foi a Lei 8713 de 1993, e não alterou significativamente as determinações da lei anterior no que tange às eleições presidenciais.

Desde 1997 a norma que estabelece a regulamentação das coligações eleitorais é a Lei 9504. O Quadro 2 abaixo sintetiza as principais características da legislação eleitoral sobre

coligações para cada tipo de pleito, dada a ocorrência no sistema eleitoral brasileiro de pleitos majoritários e proporcionais:

QUADRO 2 - O que estabelece a lei 9504/1997 acerca das coligações eleitorais

Coligações	Proporcional	Majoritário
Permissão para coligar-se	Sim	Sim
Obrigatoriedade da apresentação do nome de todas as legendas que integram a coligação durante o HGPE	Não	Sim
Aumento no número de candidaturas quando coligados	Sim	Não
Aumento no tempo de propaganda eleitoral quando coligado	Sim	Sim
Exigência que as coligações formem coalizões de governo	Não	Não
A formação das coligações é concentrada nos Estados	Sim	Sim
O eleitor vota na coligação	Não	Não
É possível votar em candidatos de legendas diferentes nos níveis federal e no nível estadual	Sim	Sim

Fonte: TSE, Machado (2005, 2011).

Nas eleições proporcionais os partidos isoladamente podem apresentar até 1,5 mais candidatos do que o número de assentos em disputa. Ao se coligarem, independentemente do número de partidos aliados, o número de candidaturas possíveis passa a ser o dobro³; No entanto, a excepcionalidade do caso não deve ser subestimada uma vez que um dispositivo institucional utilizado pelo TSE em 2002 alterou a maneira na qual as coligações foram formadas.

2.1 A verticalização das coligações

A lei número 8713 de 1993 estabelecia que os partidos, uma vez celebrada a aliança para o pleito majoritário, ficavam impossibilitados de formar coligações distintas nas eleições proporcionais na mesma circunscrição eleitoral (leia-se estado). Ou seja, no caso de quatro partidos A, B, C e D apoiarem o mesmo candidato a governador, não lhes era facultada a possibilidade de formar coligações distintas, como A/B ou C/D.

³ Em circunscrições eleitorais as quais o número de assentos para a Câmara dos Deputados não exceder 20, os partidos isoladamente podem apresentar até duas vezes o número de cadeiras em disputa. Nesse caso, as coligações podem apresentar 2,5 mais candidatos do que o número de vagas a serem preenchidas.

A Lei 9.504 de 1997 flexibilizou as regras para a composição das coligações eleitorais. Os partidos poderiam agora formar alianças eleitorais distintas entre o pleito majoritário e proporcional desde que os partidos com os quais se coligassem não pertencessem a alguma chapa adversária nas eleições majoritárias.

Em 2002 o TSE lançou a resolução 20993. Essa resolução versava acerca da interpretação do que vinha a ser “circunscrição eleitoral” como estabelecido no art. 6º da lei 9.504/97:

“É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, para proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional entre os partidos políticos que integram a coligação para o pleito majoritário (Lei nº 9.504/97, art. 6º, caput)”.

Os ministros do TSE interpretaram circunscrição como sendo todo o território nacional. Ou seja, as coligações a partir daquela resolução se dariam no âmbito nacional e, portanto, a coligação majoritária que agora seria relevante para a definição das coligações proporcionais não era mais a estadual e sim a coligação para presidente da República. O parágrafo 1º do Art. 4 da resolução é taxativo ao afirmar:

Os partidos políticos que lançarem, isoladamente ou em coligação, candidato/a à eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador/a de Estado ou do Distrito Federal, senador/a, deputado/a federal e deputado/a estadual ou distrital com partido político que tenha, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato/a à eleição presidencial (Lei nº 9.504/97, art. 6º; Consulta nº 715, de 26.2.2002).

Esse processo ficou conhecido como “verticalização eleitoral” e foi válido para as eleições de 2002 e 2006, ano este em que a emenda constitucional 52 derrubou a vinculação obrigatória das coligações entre os diversos níveis (nacional, estadual, municipal ou distrital). O efeito da verticalização na formação das coligações será analisado mais adiante.

Em termos sintéticos essa é a trajetória legal das coligações no sistema eleitoral brasileiro (para uma revisão mais detalhada consultar Marchetti 2010, Fleischer 2010 e Machado 2012).

3-As candidaturas

Em primeiro lugar apresentaremos uma visão geral das candidaturas à presidência da República, isto é, do universo das coligações que disputaram os pleitos aqui analisados. É importante que tenhamos essa percepção generalizada porque ela nos dá um panorama de todo o espectro da disputa eleitoral. Assim podemos observar mais claramente o número de candidaturas, partidos que sempre disputam a eleição coligados, número de candidaturas avulsas, tamanho das coligações, etc.

Com o objetivo de construir essa imagem mais abrangente da eleição presidencial subdividimos a sessão na seguinte ordem: a) no primeiro momento apresentamos um quadro contendo todas as candidaturas destacando o número de partidos envolvidos e os padrões existentes nas coligações ao longo do período; b) em seguida, apresentamos outros dados que apontam as diferenças entre as candidaturas isoladas e coligadas na disputa presidencial (número de partidos que se candidataram isoladamente ou em coligação e o total de partidos envolvidos nos pleitos); c) por último, avaliaremos a quantidade coligações formadas nas eleições, o número médio de partidos por coligação e qual a representação parlamentar das candidaturas. Nosso objetivo é o de identificar a proporção de cadeiras que os partidos envolvidos na disputa presidencial obtiveram nas eleições parlamentares antecedentes na Câmara dos Deputados. Nesse caso a escolha pelo desempenho eleitoral, e não a representação no momento da eleição (que será visto mais adiante), deve-se ao fato de avaliar o potencial eleitoral dos partidos. Partindo do pressuposto de que os partidos coligam-se buscando ampliar o número de representantes é de se supor que o desempenho eleitoral das legendas no pleito anterior seja uma boa medida para avaliar o potencial de ganhos no momento em que se formam as alianças. Além disso, Krause e Silva já nos lembram que “para os cargos majoritários, as coligações são muitas vezes um subproduto das alianças firmadas com vistas às eleições parlamentares” (Krause e da Silva p. 2, 2010). O quadro 3 abaixo apresenta todas as candidaturas desde 1994 até 2010:

QUADRO 3 - Perfil das candidaturas à Presidência da República (1994-2010)

ANO	Candidaturas	
1994	3 coligações	PSDB-PFL-PTB PMDB-PSD PT-PSB-PC DO B- PPS- PV- PSTU
	5 avulsos	PRONA, PDT, PPR, PRN, PSC
1998	3 coligações	PSDB- PFL-PPB-PTB-PSD PT-PDT-PSB-PC DO B-PCB PPS-PL-PAN
	9 avulsos	PRONA, PMN, PV, PSTU, PT DO B, PSDC, PTN, PSC, PSN
2002	4 coligações	PSB-PGT-PTC PPS-PDT-PTB PSDB-PMDB PT-PC DO B- PCB- PMN-PL
	2 avulsos	PSTU, PCO
2006	3 coligações	PT-PC DO B-PRB PSDB-PFL PSOL – PSTU
	5 avulsos	PDT,PRP,PSDC,PSC,PCO
2010	2 coligações	PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC- PTC-PMDB PSDB-DEM-PTB-PPS-PMN-PT DO B
	7 avulsos	PCB, PSTU,PSDC,PRTB,PSOL,PV,PCO

Fonte: TSE, Fleischer (2007).

O pleito de 1994 apresenta perfil semelhante às eleições que se seguiriam quando PT e PSDB formaram o centro aglutinador das forças partidárias no âmbito das eleições presidenciais. Cabe destacar a presença do PMDB nessa disputa pois, mesmo sendo um partido representativo na Câmara, não voltou a disputar o Executivo federal como líder de coligações.

O pleito de 1998 é o primeiro depois de aprovada a emenda constitucional que permitiu a reeleição para o Poder Executivo, em 1997. Com o PMDB privilegiando a sua penetração na arena estadual, a corrida presidencial não contou com uma terceira força eleitoral significativa e o próprio resultado eleitoral ratifica esse ponto. O PSDB, tendo o PT como principal concorrente, venceu a eleição logo no primeiro turno. A coligação tucana foi basicamente a mesma de 1994

incorporando duas siglas, o PPB e o PSD, sendo o primeiro um reforço bem significativo do ponto de vista de representação parlamentar.

Em 2002 houve a ascensão do PT ao poder. Nesta eleição o PSDB não contou com o apoio do seu aliado nas disputas presidenciais anteriores, o PFL, Entretanto os tucanos firmaram aliança com o PMDB na tentativa de compensar sua falta. Ao mesmo tempo em que, pela primeira vez em âmbito nacional, o PT flexibilizou a formação de sua coligação e aliou-se a um partido que ideologicamente não é vinculado à esquerda o PL do candidato à vice de Lula, José Alencar. Entre outros objetivos, a ideia do PT era o de dirimir a desconfiança do empresariado em relação ao partido⁴. A eleição de 2002 destaca-se também por ser a primeira em que o dispositivo institucional da verticalização foi aplicado.

A eleição de 2006 apresentou a retomada da tradicional chapa formada por PSDB e PFL. O PT mais uma vez aliou-se com um partido não ligado à esquerda (José Alencar mudara de partido e filiar-se ao PRB). Além de PT e PRB, o outro partido que compunha a aliança era o PC do B, partido que em todas as eleições presidenciais aqui analisadas aliou-se com o PT. O pleito de 2006 ainda contou com uma “terceira via” relevante. O descontentamento de alguns parlamentares do PT com a política econômica do governo Lula levou-os a fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2005. A candidatura do PSOL, em coligação com o PSTU, se não apresentava chances reais de vitória, poderia ser o fiel da balança naquele pleito, tirando votos de alguns dos concorrentes. Contudo, o discurso da moralização política e a busca pelo fim da corrupção não foram suficientes para minar o prestígio de Lula, que foi reeleito no segundo turno.

A eleição de 2010 marcaria um novo período na vida política brasileira em dois aspectos distintos. Em primeiro lugar o fim da verticalização e, em segundo lugar, seria a primeira vez que Lula não participaria da corrida presidencial após a instituição das eleições diretas para presidência, em 1989. As coligações novamente formaram-se em torno dos dois partidos aglutinadores das disputas nacionais: PT e PSDB coligaram-se com um número maior de legendas do que ocorrera anteriormente. O fim da verticalização foi acompanhado da volta do

⁴ Além da surpreendente aliança, considerando o histórico do partido, deve-se mencionar a “Carta ao Povo Brasileiro” em que Lula assegurava a manutenção dos “contratos e obrigações do país” no âmbito econômico.

PMDB à eleição presidencial. Michel Temer foi candidato à vice pela chapa de Dilma Rousseff, do PT. Pela segunda vez consecutiva teríamos uma “terceira via” no pleito. Marina Silva (PV) era a candidata que desafiava a polarização entre PT e PSDB. O PSOL, que em 2006 obtivera um resultado significativo, agora em 2010, não conseguiu chegar a 1% dos votos. Nenhuma dessas duas últimas candidaturas coligou-se e os partidos decidiram bancar sozinhos os custos da disputa. PT e PSDB decidiram a eleição no segundo turno. Dilma Rousseff, a candidata do PT, elegeu-se a primeira mulher presidente da República com 56% dos votos contra 44% de Serra candidato pelo PSDB.

Essa é uma visão panorâmica das eleições para presidente da República no Brasil desde 1994 até 2010. Destaca-se a polaridade entre PT e PSDB nas disputas. Durante todo o período aqui analisado as duas siglas sempre se viram envolvidas em coligações, demonstrando a bipolaridade da disputa mesmo em situações em que exista uma terceira força concorrente. As recorrências partidárias na formação das coligações, a dimensão ideológica da disputa serão analisadas mais adiante.

3.1 – Coligações *versus* candidaturas isoladas

Por ora, faremos uma análise da corrida presidencial indicando o número de partidos envolvidos e a representação parlamentar das candidaturas. A análise desses dados nos permite avaliar melhor o formato da disputa presidencial e se há uma tendência de aumento de siglas envolvendo as coligações, indicando os efeitos da verticalização nos pleitos em que ela vigeu.

O quadro 4 abaixo apresenta o número de partidos que estiveram coligados ou que disputaram as eleições isoladamente.

QUADRO 4 - Número de partidos coligados *versus* número de partidos avulsos às eleições presidenciais (1994-2010)

Ano	Partidos Coligados	Partidos Avulsos	Total
1994	11	5	16
1998	13	9	22
2002	13	2	15
2006	7	5	12
2010	16	7	23

Fonte: TSE, Fleischer 2007,

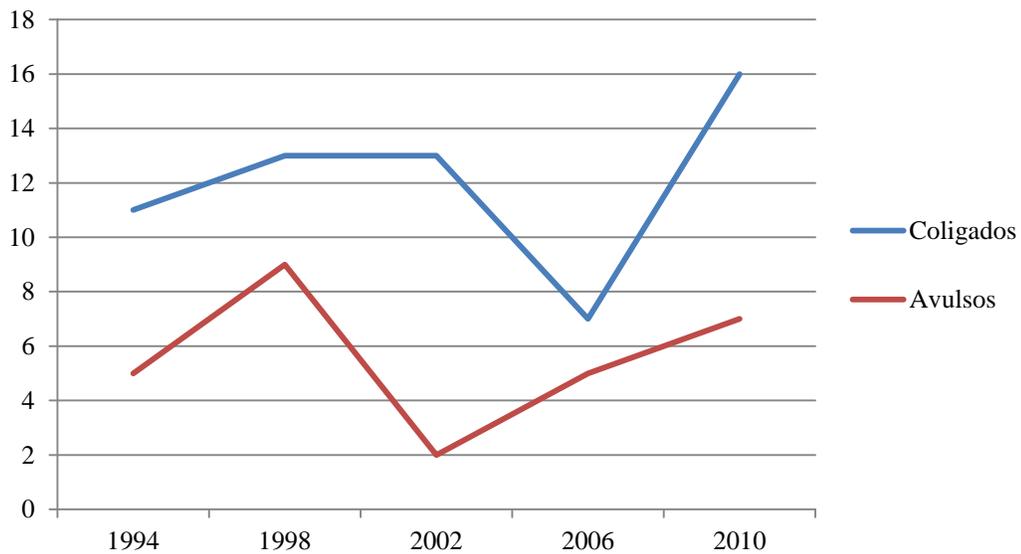
As eleições de 1994 contaram com 16 partidos no total e o número de siglas coligadas por sua vez foi de 11. A maior parte dos partidos envolvidos nas eleições presidenciais esteve coligada. Observa-se também que os maiores partidos do Legislativo formaram alianças. Este dado ficará mais evidente quando analisarmos o tamanho da representação parlamentar das coligações.

Tanto em 1998 quanto em 2002 o número de partidos coligados foi o de treze. É possível indicar que se em 1998 o número não surpreende dada a quantidade de siglas coligadas nas eleições anteriores, em 2002 esse dado chega a surpreender um pouco. Isto porque naquele ano já vigorava a chamada verticalização. Sabe-se que o sistema eleitoral e partidário brasileiro é distinto nas outras dimensões da federação. Temos subsistemas partidários distintos nas diversas regiões do país (Lima Jr; 1983, 1993, Lavareda 1991, Melo 2001, Krause 2005). Coligar-se nas eleições presidenciais limitaria a liberdade dos partidos nas alianças nos estados. Assim, é razoável supor que os partidos optem por não formar alianças nas eleições majoritárias se isso vier a dificultar os ganhos nas outras disputas. Em 2002 apenas duas siglas pequenas de esquerda optaram pela disputa isoladamente: o PSTU e o PCO.

Parece-nos que em 2006 a verticalização surtiu efeito nas estratégias coligacionistas dos partidos, pois o número de agremiações coligadas foi reduzido quase pela metade. O número de siglas disputando isoladamente por seu turno aumentou: as candidaturas isoladas passaram de duas em 2002 para cinco em 2006. Porém em nenhuma das duas eleições esses partidos detinham número significativo de cadeiras parlamentares, ou seja, tratava-se de partidos pequenos.

Em 2010, com o fim da vigência da verticalização, voltou a aumentar o número de siglas envolvidas nas eleições presidenciais. Este foi o pleito que mais contou com partidos coligados desde que se reinstituiu a eleição direta para presidente da República. Em nenhum dos outros pleitos foi tão clara a polaridade entre PT e PSDB no âmbito das alianças eleitorais no nível federal.

GRÁFICO 1 – Número de partidos coligados x número de candidaturas avulsas (1994 x 2010)



Fonte: TSE, Fleischer 2007.

Note-se que o número de partidos envolvidos em coligações foi mais estável do que o número de candidaturas avulsas. Por outro lado, nas duas últimas eleições o panorama foi modificado. Em 2006 o número de partidos em coligações diminuiu significativamente, mas em 2010 a quantidade de partidos coligados mais do que dobrou em relação à eleição anterior.

3.2 – Outros números acerca das coligações

Deve-se ter em mente que a fria análise dos números, embora seja uma maneira interessante e importante de se entender as coligações na dimensão federal, por si só é insuficiente. O fato de constatarmos certa estabilidade no número de partidos envolvidos em coligações não nos diz muito se não avaliarmos também a quantidade de coligações e a média de

partidos aliados nas referentes eleições. A análise do tamanho das coligações se justifica, pois nos ajuda a responder duas perguntas:

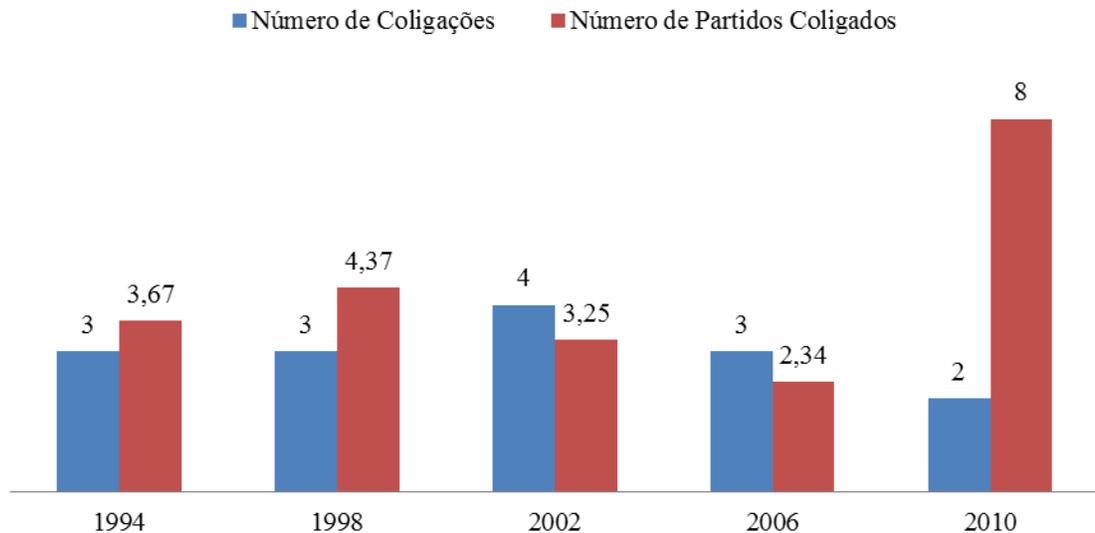
a) Ocorrem mais ou menos coligações o longo do período? Nesse caso, avaliaremos o número de coligações e o tamanho das coligações respectivamente (número médio de partidos por coligação);

b) Qual o tamanho da representação parlamentar das alianças formadas? Os partidos coligados representam quantos assentos relativamente na Câmara dos Deputados? Esse dado é crucial para avaliarmos a estratégia dos partidos uma vez que, entre outras razões, é com base nesse dado em que é dividido o tempo de propaganda eleitoral gratuito;

O gráfico 2 nos dá a dimensão do número total de coligações e a média de partidos envolvidos por coligação em cada eleição respectivamente. Note-se que o número de alianças eleitorais formadas ficou entre três e quatro, exceto em 2010, quando apenas duas coligações foram celebradas. Já o número médio de partidos coligados teve uma volatilidade maior ao longo do período. Houve certa estabilidade no número de partidos coligados entre 1994 até 2002. Entre 2002 à 2006 esse número foi reduzido quase à metade e, por fim, em 2010 houve forte crescimento na quantidade de siglas envolvidas. É preciso avaliar os próximos pleitos para que possamos concluir se existe ou não um perfil de número médio de partidos por coligação.

Em 2002 e 2006 apesar do número de coligações ter se mantido estável, a média de partidos nas alianças eleitorais foi diminuta. Ora, já mencionamos a existência da verticalização como um dispositivo institucional que alterou as regras do jogo. A motivação para os partidos coligarem-se nos pleitos foi menor dado que eles não poderiam formar coligações com outros partidos em outras esferas eleitorais. A lógica do federalismo partidário faz com que os partidos tenham a sua força distribuída de maneira não homogênea ao longo do território nacional e isso é um fator a ser considerado quando os partidos formam a sua aliança. Partidos que na esfera nacional são aliados podem ser adversários na esfera estadual e atrelar a aliança em todos os níveis da disputa pode desmotivar aqueles partidos que não encabeçam a chapa ou tem pouco a ganhar.

Gráfico 2 - Número de Coligações e Média de Partidos coligados (1994-2010)



Fonte: TSE, Fleischer 2007.

Em 2010 o número de alianças foi o menor desde que se instituiu a eleição direta para presidente da República. Até o momento, pode-se dizer que foi o ápice da polarização existente entre PSDB e PT na esfera eleitoral. O número médio de partidos envolvidos nas coligações saltou para oito. O fim da verticalização e o reconhecimento da força eleitoral entre PT e PSDB nesta eleição é um forte indicativo de que os outros partidos abriram mão da disputa em detrimento de outros benefícios (cargos em ministérios, apoio em outros níveis eleitorais). Ao mesmo tempo os dois partidos principais também tem interesse em obter apoio de um número maior de partidos, pois isto implica no aumento de seu tempo de HPEG e recursos para a sua campanha. Além disso, na medida em que a sigla aumenta o número de partidos em sua coligação, ele automaticamente diminui o número de possibilidades de alianças de seu adversário.

A estratégia de aliar-se com o maior número possível de partidos não é tão simples de ser realizada quanto pode parecer. Pois, se é verdade que obter um número maior de aliados na disputa facilita na hora de concorrer à eleição, após a realização do pleito ter que negociar com um número maior de atores é um fator que dificulta a governabilidade. Vale lembrar que no Brasil funciona um presidencialismo de coalizão e por mais que os partidos da coligação eleitoral

não tenham a obrigação de formarem a coalizão de governo, o partido que vence a eleição tem de obter o apoio da maioria dos membros do Congresso para poder aprovar seus projetos e realizar as suas promessas de campanhas.

Riker (1962) aborda a questão da divisão dos ganhos eleitorais e o tamanho das coligações como um *tradeoff*. Quanto mais partidos estiverem coligados menor é a fatia que eles terão após vencido o pleito, e por essa razão ele defende a tese de que as coligações tenderiam a possuir um tamanho mínimo. Machado (2012) denomina essa estratégia de coligações minimamente vitoriosas. Porém ela ressalva: “reconheço que as coligações minimamente vitoriosas precisam ser tratadas em termos de expectativas, e não de resultados. Afinal, um acordo formal, baseado em chances estimadas de vitória é formalizado antes do dia da eleição” (Machado p.8 2012). Existem outras variáveis que interferem nesse *tradeoff*. A ideologia é uma delas, uma vez que os custos de negociação entre partidos com ideologias semelhantes teoricamente são menores.

4- O perfil ideológico

Em geral, os estudos que enfocam as coligações eleitorais no Brasil tem dois grandes núcleos. O primeiro é o que apresenta a formação das alianças eleitorais através da dimensão ideológica. O segundo é o que procura determinar a dimensão estratégica (maximizador de utilidades) quando da formação das coligações. De certo modo, essa tendência está ligada ao estudo pioneiro das coligações nas eleitorais brasileiras de Gláucio Soares (1964). O autor abordou a questão sob dois prismas: a) *a teoria da economia de esforços* – os partidos tem conhecimento das regras institucionais e por isso formam alianças racionalmente buscando melhorar o seu desempenho eleitoral; e b) *a teoria da resistência ideológica* – vinculado à sociologia política esta teoria analisa as coligações pelo viés econômico, social e ideológico das agremiações políticas.

De certa forma nosso estudo também se vincula à essa tradição iniciada por Soares. Por conveniência, neste primeiro momento optou-se por abordar o tema pelo matiz ideológico. Na seção seguinte analisaremos as coligações presidenciais pelo viés estratégico. Cabe argumentar entretanto que a ideologia não deixa de ser uma variável estratégica na formação das coligações.

A redução dos custos de negociação é uma variável estratégica importante e a vinculação ideológica é um redutor nesse sentido. Portanto, não é correto afirmar que numa coligação que se forma por aproximação ideológica inexistente um perfil racional e maximizador de utilidades. O postulado é o de que as coligações não são um bloco monolítico em que apenas uma variável é determinante na sua formação, mas sim um dispositivo institucional o qual os partidos tem para aumentar a sua visibilidade e representatividade. Dessa forma, trata-se de uma opção metodológica analisar as coligações pelo prisma da ideologia e pelo prisma da estratégia separadamente. Contudo, é possível afirmar que em condições normais os dois cálculos estão presente quando da formação da coligação.

Esta seção analisará a formação das coligações brasileiras para presidência da República com foco na dimensão ideológica. Para isso, utilizaremos alguns conceitos e índices já difundidos na literatura acadêmica. No primeiro momento, será abordada a questão da consistência ideológica apresentado por Soares (1964) e Schmitt (1999). No segundo momento analisaremos o perfil das candidaturas através do prisma ideológico. A ideia é procurar padrões relacionados a ideologia na formação das alianças eleitorais.

4.1 A consistência ideológica

A literatura de Ciência Política utiliza o conceito de consistência ideológica para caracterizar as coligações eleitorais. Nesses termos, as coligações podem ser de três tipos distintos:

- a) Consistentes: são aquelas coligações que contam apenas com partidos na mesma posição do espectro ideológico.
- b) Semi-consistentes: são as coligações celebradas entre partidos de um dos pólos do espectro ideológico (esquerda ou direita) com partidos de centro.
- c) Inconsistentes: coligações que contam com partidos de esquerda e direita. Nesse caso é indiferente para a caracterização da coligação a presença ou não de partidos de centro.

Reconhece-se a limitação do conceito, uma vez que não considera o número de partidos em cada coligação. Assim sendo, uma coligação que contenha nove partidos de esquerda e apenas um de direita será caracterizada como inconsistente da mesma maneira que uma coligação

que contenha apenas um partido de esquerda e um de direita. O conceito capta apenas uma dimensão qualitativa das coligações eleitorais. Por outro lado, reconhecer a sua limitação não invalida a sua contribuição teórica, pois a existência de partidos que prezam pela consistência ideológica pode ser uma característica do sistema partidário. Além disso, cabe lembrar que estamos analisando um processo de aproximadamente 16 anos e que detectar padrões ou mudanças nesse comportamento também é relevante para o nosso presente estudo.

A tabela 1 abaixo apresenta as candidaturas ao longo do período e a sua respectiva caracterização quanto à consistência ideológica:

TABELA 1- Candidaturas à Presidência da República (coligadas) e Consistência Ideológica (1994-2010)		
ANO	Candidaturas	Consistência Ideológica
1994	PSDB-PFL-PTB PMDB-PSD PT-PSB- PCdoB - PPS- PV- PSTU	Semi-Consistente Semi-Consistente Consistente
1998	PSDB- PFL-PPB-PTB-PSD PT-PDT-PSB- PCdoB -PCB PPS-PL-PAN	Semi-Consistente Consistente Inconsistente
2002	PSB-PGT-PTC PPS-PDT-PTB PSDB-PMDB PT- PCdoB - PCB- PMN-PL	Inconsistente Inconsistente Consistente Inconsistente
2006	PT-PC DO B-PRB PSDB-PFL PSOL – PSTU	Inconsistente Inconsistente Consistente
2010	PT- PCdoB -PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB PSDB-DEM-PTB-PPS-PMN-PT DO B	Inconsistente Inconsistente

Fonte: TSE, Fleischer (2007).

Nas eleições de 1994 e 1998 a única chapa consistente continuou sendo aquela encabeçada pelo PT, que concorreu coligado a PSB e PCdoB . No pleito de 1994 aliados a esses partidos ainda estiveram o PPS, PV e PSTU. Já em 1998 a aliança ocorreu com PCB e PDT.

A chapa vencedora em 1994 e 1998 também contou com um núcleo de três partidos. A aliança semi-consistente foi formada em 1994 por PSDB, PFL e PTB, e em 1998 ganhou mais dois partidos, PPB e PSD.

De 2002 até 2010 nota-se uma redução nas alianças consistentes. O PT, que nas duas primeiras eleições firmou apenas alianças consistentes, nas três últimas eleições realizou apenas coligações inconsistentes, indicando uma mudança na sua estratégia de formação de alianças. O PSDB, por seu turno, formou a sua única coligação consistente em 2002. Por outro lado o centro ideológico possui apenas dois partidos (PSDB e PMDB) e portanto a possibilidade formação de alianças consistentes é diminuta. Além disso, em 2002 pode-se atribuir a sua consistência mais pelo fato de ter rompido a sua aliança com o PFL do que como uma estratégia deliberada de formar uma coligação consistente do ponto de vista ideológico. O PFL chegou a apresentar a candidatura de Roseana Sarney para presidente da República, porém, logo após a descoberta de esquemas de corrupção do governo maranhense, Estado do qual era governadora, o partido desistiu da corrida presidencial⁵.

Tendo em vista a tabela acima cabe analisar se há diferenças marcantes entre partidos de direita, centro e esquerda na formação das coligações como um bloco. A ideia é analisar os partidos de maneira desagregada. Dessa forma, poderemos dizer qual o padrão de consistência das coligações dos blocos ideológicos (em termos relativos).

Direita

Em 1994, sete foram os partidos de direita que apresentaram candidaturas à presidência da República: PFL, PTB, PSD, PRONA, PPR, PRN e PSC. Três fizeram parte de alianças eleitorais, todas elas com partidos de centro, o que caracteriza essas coligações como semi-consistentes do ponto de vista ideológico.

Em 1998 o número de partidos de direita presente na eleição aumentou para doze: PFL, PPB, PTB, PSD, PL, PAN, PRONA, PT DO B, PSDC, PTN, PSC e PSN. Desses, seis fizeram parte de coligações, sendo que quatro partidos (PFL, PPB, PTB, PSD) formaram uma mesma

⁵ A delação do esquema foi atribuída à cúpula do PSDB. Ver: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461107/noticia.htm?sequence=1> acessado em: 18/03/2014 e <http://www.conversaafiada.com.br/politica/2010/08/16/fortes-como-serra-destruiu-roseana/> 18/03/2014

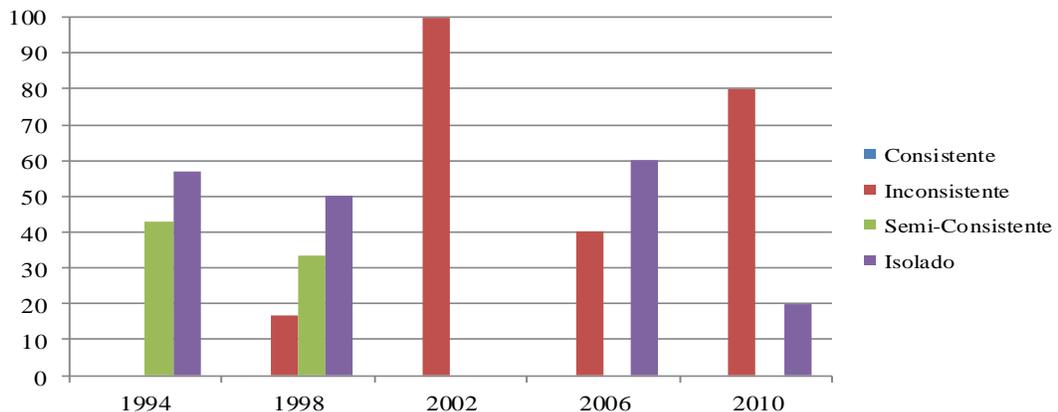
chapa com o PSDB (partido de centro), tornando a mesma semi-consistente. Já PL e PAN firmaram aliança com o PPS (de esquerda), tornando a coligação inconsistente ideologicamente.

As eleições de 2002 foi aquela que apresentou o menor número de partidos de direita envolvidos na corrida presidencial, com quatro partidos apresentando candidaturas: PGT, PTC, PTB e PL. Todos os quatro partidos firmaram alianças, sendo que PGT e PTC fizeram parte da mesma coligação com o PSB (de esquerda). Interessante notar que neste pleito todas as coligações dos partidos de direita foram inconsistentes ideologicamente.

Em 2006 o número de siglas da direita continuou baixo, sendo cinco as legendas que disputaram o pleito: PRB, PFL, PRP, PSDC e PSC. O interessante é que desta vez apenas dois partidos coligaram-se. O PRB, com o PT e PCdoB (coligação inconsistente), e o PFL, que retomou a sua aliança histórica com o PSDB (semi-consistente). Os outros três partidos apresentaram candidaturas avulsas para a disputa presidencial.

Em 2010 com o fim da verticalização o número de partidos de direita aumentou significativamente. Dez legendas apresentaram candidaturas: PR, PRB, PTN, PSC, PTC, DEM, PTB, PT do B, PSDC e PRTB. As cinco primeiras legendas fizeram parte da coligação com PT e PMDB (inconsistente). Já DEM, PTB e PT do B formaram parte da coligação encabeçada por PSDB (semi-consistente). Por fim, PSDC e PRTB foram partidos que apresentaram candidaturas isoladas.

GRÁFICO 3- Partidos de Direita (1994-2010) - Consistência Ideológica e Candidaturas Isoladas (em %)



Fonte: TSE, Schmitt (1999).

Observamos que ocorreu crescimento das coligações inconsistentes ao longo do período, demonstrando ser uma mudança no perfil das candidaturas dos partidos de direita. Essas agremiações não se coligaram com partidos de esquerda em 1994, e em 1998 a incidência desse tipo de alianças foi baixo. De 2002 em diante todas as coligações efetuadas pelas siglas desse espectro ideológico foram inconsistentes demonstrando assim que a ideologia não é um fator considerado por elas.

Centro

No Brasil consideramos haver apenas dois partidos de centro: PSDB e PMDB. O PMDB é um caso interessante porque apesar de ser um dos partidos mais fortes em termos de representação parlamentar, em duas ocasiões a sigla não lançou, nem apoiou candidatura à presidência da República (1998 e 2006); em apenas uma (1994) o partido liderou uma coligação. Nas outras duas ele concorreu coligado (em 2002 com o PSDB e em 2010 com o PT). O mesmo não ocorre com o outro partido de centro, o PSDB. Em todas as eleições aqui analisadas o partido lançou candidatos à presidência da República. Saiu vitorioso em duas: 1994 e 1998.

No ano de 1994 os partidos firmaram duas alianças semi-consistentes distintas, coligando-se com siglas de direita. Em 1998 o PMDB nem sequer disputou as eleições presidenciais, enquanto o PSDB reelegeu-se novamente coligado com partidos de direita.

Apenas nas eleições de 2002 PSDB e PMDB estiveram coligados. A ausência do PFL, e de qualquer outro partido na coligação, caracteriza esta aliança como a única coligação consistente entre os partidos de centro ao longo do período aqui analisado. Justiça seja feita, pelo fato de apresentarmos um número reduzido de partidos de centro é provável que a consistência ideológica de suas coligações seja menor. Firmar aliança com quaisquer dois partidos já altera a consistência ideológica da coligação. Além disso, por serem dois partidos importantes do ponto de vista da representação parlamentar, essas siglas se apresentam como bons parceiros nas disputas para o Executivo, pois oferecem uma base de apoio no Congresso.

Em 2006 o PMDB novamente não apresentou candidatura, e o PSDB retomou a sua aliança com o PFL. Em 2010 o contexto eleitoral foi distinto dos anos anteriores, com o fim da verticalização e a polarização das eleições em torno de PT e PSDB, ocasionando que duas grandes chapas apresentassem candidaturas. O PMDB disputou coligado com o PT, e o PSDB

mais uma vez buscava o “prêmio maior” e lançou José Serra pela segunda vez. Devido a esta polarização, as duas chapas contaram tanto com partidos de direita como partidos de esquerda, e assim as duas coligações foram inconsistentes do ponto de vista ideológico.

Esquerda

Em 1994 o grupo de sete legendas de esquerda que apresentaram candidaturas foi: PT, PSB, PCdoB, PDT, PPS, PV e PSTU. Excluindo o PDT, que decidiu concorrer isoladamente nesta eleição, todos os partidos de esquerda formaram a coligação com o PT. Dessa forma, a coligação é caracterizada como consistente do ponto de vista ideológico.

Nove partidos de esquerda estiveram envolvidos na eleição de 1998: PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PPS, PMN, PV e PSTU. Foi a primeira vez em que PT e PDT concorreram na mesma chapa à presidência da República. Além desses dois partidos a coligação contava apenas com parceiros de esquerda como o PSB, PC do B e o novo PCB. É também de se notar que o PPS foi o primeiro partido a firmar uma aliança inconsistente ideologicamente nos pleitos presidenciais (o partido coligou-se com o PL e o PAN). PMN, PV e PSTU disputaram as eleições isoladamente.

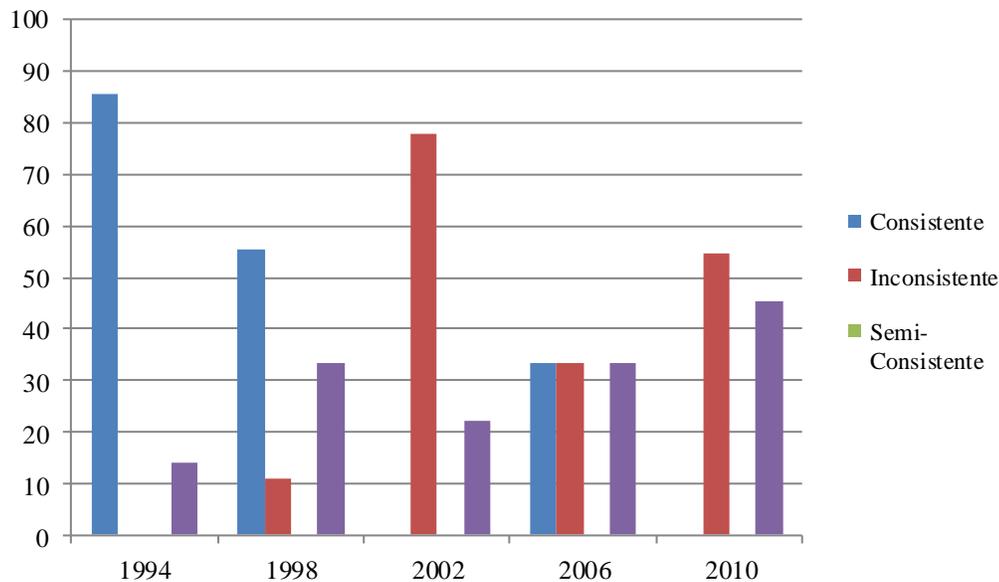
O ano de 2002 marca a chegada da esquerda à presidência da República. O número de partidos de esquerda envolvidos na eleição repetiu o de 1998, sendo a única alteração a saída do PV da disputa eleitoral e a inclusão do PCO. Também apontamos o fato de que desta vez todas as coligações formadas por esses partidos apresentavam pelo menos um partido de direita, o que as tornaram inconsistentes. Apenas PSTU e o PCO disputaram isoladamente as eleições em 2002.

O ano de 2006 foi o que apresentou o menor número de candidaturas de partidos de esquerda. Seis siglas disputaram este pleito: PT, PCdoB, PSOL, PSTU, PDT e PCO. PT e PC do B formaram coligação com o PRB (de direita) caracterizando uma coligação inconsistente. Já o PSOL e o PSTU firmaram uma aliança entre eles apenas, formando assim, uma coligação consistente. PDT e PCO disputaram isoladamente o pleito.

Em 2010 ocorreu o pleito que contou com apenas duas coligações, sendo ambas inconsistentes. Portanto, todos os partidos que se coligaram firmaram esse tipo de aliança. A esquerda apresentou-se com 11 partidos. Foi o maior número de legendas de esquerda em todo o

período aqui analisado. PT, PC do B, PSB e PDT estiveram unidos na coligação vencedora, enquanto PPS e PMN disputaram aliados ao PSDB. Já PCB, PSTU, PSOL, PV e PCO apresentaram candidaturas próprias.

GRÁFICO 4- Partidos de Esquerda (1994-2010) - Consistência Ideológica e Candidaturas Isoladas (em %)



Fonte: TSE, Schmitt 1999, Krause 2010.

O gráfico 4 acima apresenta os dados das candidaturas dos partidos de esquerda. Atenta-se para o fato de o perfil de coligações consistentes ir gradativamente diminuindo ao longo do período, sendo inexistente em 2002 e 2010. Ao mesmo tempo, a inconsistência ideológica de suas alianças eleitorais, inexistente em 1994, foi predominante no último pleito. Além disso, destaca-se a ocorrência de candidaturas isoladas dentre as siglas de esquerda, demonstrando que muitas delas preferem disputar a eleição isoladamente a ter de concorrer numa chapa com partidos de direita.

4.2 Qual a importância da ideologia?

Do ponto de vista dos partidos de centro, dado que consideramos apenas dois partidos não é possível atribuir muitos padrões. O PMDB em 1994 firmou aliança semi-consistente com partidos de direita. Ficou de fora de 1998 e coligou-se com o PSDB em 2002, a única vez em que os partidos de centro formaram uma coligação consistente. Em 2006 mais uma vez o partido

ficou de fora da disputa e em 2010 aliou-se ao PT numa chapa inconsistente. Em 1994, 1998 e 2006 coligou-se com partidos de direita. Na última eleição firmou coligação inconsistente.

As coligações eleitorais da esquerda, em 1994 e 1998, eram ideologicamente consistentes. Assim como os partidos de direita, as eleições de 2002 representam um ponto de curva na estratégia das agremiações de esquerda. O nível de inconsistência foi alto chegando ao ponto de nenhuma coligação apresentar apenas partidos de esquerda, nem sequer de centro. Em 2006 eles igualaram a porcentagem de candidaturas (número de partidos que apresentaram candidaturas isoladas ou coligadas) consistentes com as inconsistentes e isoladas. Já em 2010 inexistiram coligações consistentes ideológicas. Como ocorreu com os partidos de direita o número de candidaturas inconsistentes superou o número de candidaturas isoladas embora não na mesma proporção.

Em termos gerais chama a atenção o fato de as coligações presidenciais não apresentarem, de maneira geral, consistência ideológica ao longo do período, apenas em 2002 quando ocorreu a aliança entre PSDB e PMDB. Durante a década de 1990 os partidos ainda valorizavam caráter ideológico na formação de suas alianças eleitorais. Durante os anos 2000 esse atributo não parece ter o mesmo grau de importância, vide a baixa incidência de coligações consistentes. Sendo assim concluímos que os partidos não priorizam mais a ideologia como atributo crucial para a formação de alianças eleitorais presidenciais. Prova disso é que o número de candidaturas inconsistentes superou as outras em todos os espectros ideológicos aqui observados, mesmo no caso da esquerda onde muitos ainda preferem competir isoladamente à ter de aliar-se com um partido de centro ou direita.

Vale destacar as coligações vencedoras dos pleitos em termos de comparação. Para fins de análise foram atribuídos pontos referentes a importância da ideologia na formação das coligações: as inconsistentes receberam um ponto (pouca importância); as semi-consistente (média importância) receberam dois e as consistentes três (muita importância):

QUADRO 5 - Coligações vencedoras e Consistência Ideológica

Coligação Vencedora	Consistência Ideológica
1994 - PSDB-PFL-PTB	Semi-Consistente
1998 - PSDB -PFL-PPB-PTB-PSD	Semi-Consistente
2002 - PT-PC do B-PCB-PMN-PL	Inconsistente
2006 - PT-PC do B-PRB	Inconsistente
2010- PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB	Inconsistente

Fonte: TSE.

As coligações vencedoras em 1994 e 1998 receberam dois pontos respectivamente, já as três últimas coligações receberam um ponto cada.

Por fim, constata-se uma mudança no perfil ideológico das coligações presidenciais vitoriosas, elas passam de um padrão semi-consistente para inconsistente. Esse novo formato das alianças eleitorais pode ser atribuído à centralidade de PT e PSDB na disputa eleitoral à presidência, partidos estes que priorizaram coligações inconsistentes nas últimas eleições. Assim, mesmo partidos de polos ideológicos opostos tem interesse em aliar-se à eles visando ganhos futuros. A questão a ser respondida adiante é: quais outras variáveis intervêm nesse processo estratégico eleitoral?

5 – Índice de pragmatismo eleitoral

As estratégias partidárias dentro do jogo político não se restringem apenas às questões ideológicas. É possível elencar outras variáveis que interferem na maneira como os partidos atuam dentro do contexto eleitoral. A nossa intenção é de identificar elementos que ajudem a identificar outras razões para a celebração de coligações para eleições presidenciais.

Strom (1999) define que os partidos políticos podem ser de três objetivos distintos: *vote seeking*, *office seeking* e *policy seeking*. Os partidos *vote-seeking* são aqueles que predominantemente buscam angariar a maior quantidade de votos possíveis. Sua estratégia pode ser tanto à de formar alianças eleitorais quanto a de negligenciar aspectos ideológicos mais radicais em prol de abarcar a preferência de parte do eleitorado. Os partidos *office-seeking* tem como meta ampliar seu espaço político por meio de alianças e coalizões de governo. Já os

partidos *policy-seeking* possuem uma agenda política mais claramente definida. Em outras palavras, são partidos ideologicamente identificáveis do ponto de vista do eleitor.

A definição de Strom é relevante ao tema das coligações eleitorais. É possível articular suas ideias com a já mencionada teoria de economia de esforços descrita por Soares (1964). Não cabe a nós, neste trabalho, determinar qual a tipologia dos partidos nas coligações presidenciais brasileiras. Evidentemente que essa é um ponto relevante da teoria e que ainda merece um tratamento mais profundo. O que merece destaque por hora é que os partidos políticos se aliam em busca de três possíveis objetivos não-excludentes: votos, assentos ou agenda política.

O objetivo desta seção é analisar a importância de outras dimensões estratégicas na formação das coligações vitoriosas nas eleições presidenciais. Para isso, formulamos um Índice de Pragmatismo Eleitoral (IPE) que é composto de três variáveis: o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE); a representação ministerial das coligações no dia da posse excluído o partido principal da coligação (a sigla do candidato à presidência da República) e, por fim, o resultado eleitoral na Câmara dos Deputados dos partidos que compunham a aliança eleitoral. Abaixo apresentamos como serão calculadas as variáveis e a composição do índice de pragmatismo eleitoral.

No que concerne o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) o critério utilizado para definir a importância da variável na formação da coligação foi o seguinte:

- 0 à 4 min. foi considerado **pouco** tempo de HGPE. Um tempo igual ou menor do que esse é insuficiente para que os candidatos apresentem as suas propostas.
- Tempo maior do que 4 min. e menor ou igual à 6 min. foi considerado **médio** para a divulgação dos programas.
- Tempo maior do que 6 min. do HGPE disponível às coligações eleitorais foi considerado **muito**.

Em seguida faremos a análise das coligações vitoriosas e atribuiremos uma pontuação de acordo com o tempo de TV disponível a elas: as alianças com pouco tempo de HGPE receberão 0,33 ponto, aquelas com tempo médio receberão 0,66 ponto e às coligações com muito tempo serão atribuídos 1 ponto.

A segunda variável trata da representação dos partidos que compunham a coligação nos gabinetes presidenciais no dia da posse. O objetivo desta variável é medir os ganhos ministeriais dos partidos que formaram parte da aliança eleitoral e assim determinar se a obtenção de cargos nos ministérios é relevante nas suas estratégias de campanha ou não. A análise aqui proposta excluiu desse cálculo os partidos que lideraram as coligações, visto que na observação preliminar dos dados (ver Tabela 2 abaixo) percebeu-se que estes concentravam a ocupação dos ministérios em seus partidos, o que pode gerar distorções na análise relativa de ocupação ministerial por partido da coligação. Por exemplo, em 2006 os partidos da aliança petista ocuparam 66,67% das pastas ministeriais no dia da posse, porém, ao excluirmos os ministérios do PT esse número se reduz a 5,56%. Sendo assim, estabelecemos da seguinte forma os intervalos percentuais e respectiva pontuação desta variável para determinar sua importância na formação das coligações:

- Pouca importância (0,33 ponto) – partidos da coligação dispõem de no máximo 7% dos cargos ministeriais.
- Média importância (0,66 ponto) – partidos da coligação dispõem de mais de 7% e menos de 20% dos cargos ministeriais.
- Muita importância (1 ponto) – partidos da coligação dispõem de mais de 20% dos cargos ministeriais.

Em relação à representação parlamentar o critério adotado levou em consideração se o desempenho eleitoral para a Câmara dos Deputados dos partidos da coligação vencedora para a eleição presidencial era suficiente para garantir a maioria na Câmara. Para definir os critérios de pouca e média importância, levou-se em conta os custos de negociação da equipe do presidente eleito, para garantir representação majoritária em sua coalizão de governo. O custo é menor para as coligações vencedoras que obtiveram mais de um terço da representação da Câmara do que para aquelas que não atingiram tal quantidade de assentos.

Os intervalos de pontuação foram os seguintes:

- Pouca importância (0,33 ponto) – menor ou igual a 33% da representação parlamentar após a eleição.
- Média importância (0,66 ponto) – representação maior do que 33% e menor ou igual a 50% após a eleição.
- Muita importância (1 ponto) – acima de 50% da representação parlamentar após a eleição.

Por fim somam-se os valores das três variáveis e julga-se de acordo com estes se as coligações eleitorais levaram em conta as variáveis aqui testadas dando “muita, média ou pouca importância”. Uma coligação terá considerado pouco a dimensão pragmática se o valor do índice estiver entre 0 e 1. Se o valor estiver no intervalo entre 1 e 2, será considerada de média importância. O resultado superior a dois pontos indica que o índice de pragmatismo eleitoral foi de muita importância na formação da coligação.

Ressaltamos que as coligações aqui avaliadas são apenas as vencedoras.

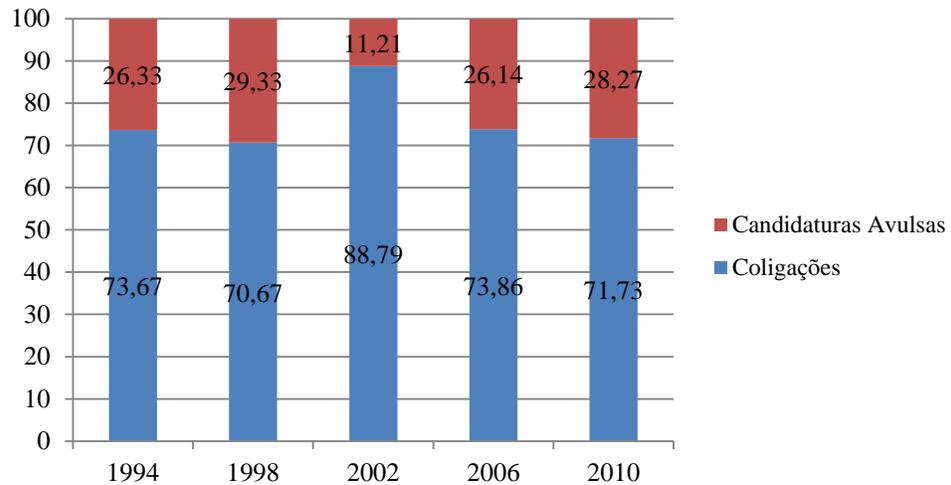
5.1 - O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)

A forma como é distribuído o horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) gera um mecanismo de barganha entre os partidos políticos. Desde 1994 até 2010 foram duas legislações distintas acerca do tema⁶. Observando os critérios para a distribuição do tempo para cada partido em todas as legislações, cabe destacar duas recorrências: o primeiro é o critério de proporcionalidade em relação à composição da Câmara dos Deputados; a segunda é a de que partidos que se coligam podem somar o seu tempo de TV.

A literatura aponta a importância do HGPE como um componente estratégico dos partidos políticos (Schmitt, Carneiro, Kuschnir, 1999; Albuquerque, Steibel, Carneiro 2008; Machado 2010). A coligação garante mais tempo para o candidato em uma eleição majoritária. Dessa forma, é pertinente analisar a variação do tempo disponível para as coligações e as candidaturas isoladas.

Os dados abaixo foram baseados em atas do Tribunal Superior Eleitoral. Desse modo, no período de 1994 a 2010, a distribuição do tempo de TV entre as coligações e as candidaturas avulsas foi a seguinte:

⁶ Para o pleito de 1994 a lei que regulamentou as eleições foi a 8713/93; desde 1998 até 2010 o cálculo de distribuição do HGPE é baseado na lei 9504/97.

GRÁFICO 4 – Distribuição de tempo do HGPE

Fonte: TSE.

O padrão é claro: pelo menos 70% do tempo no HGPE estão nas mãos de coligações. Destaca-se o fato da disputa PT *versus* PSDB ter permeado as eleições ao longo do período aqui analisado. Essa condição faz com que esses dois partidos agreguem mais aliados, e concentrem assim o horário disponível no HGPE. Portanto, não é coincidência o fato das coligações ocuparem o maior tempo destinado à propaganda eleitoral, pois essa é uma estratégia mais adequada às condições de disputa das campanhas presidenciais brasileiras.

O próximo passo é o de apontar qual a distribuição do HGPE entre as coligações especificamente nas eleições aqui observadas:

QUADRO 6 - Coligações, distribuição do HGPE, proporção do tempo e resultado eleitoral

ANO	Candidatos	Consistência Ideológica	Tempo de HGPE	%do HGPE	Votos Válidos (%) 1ºTurno
1994	FHC (PSDB-PFL-PTB)	Semi-Consistente	8min10seg	32,67	54,28
	Quércia (PMDB-PSD)	Semi-Consistente	6min30seg	26	4,38
	Lula (PT-PSB-PCdoB-PPS-PV-PSTU)	Consistente	3min45seg	15	27,04
	Total		18min25seg	73,67	85,7
1998	FHC (PSDB-PFL-PTB-PPB-PSD)	Semi-Consistente	11mins40seg	46,67	53,06
	Lula (PT-PSB-PDT-PC do B-PCB)	Consistente	5min	20	31,71
	Ciro Gomes (PPS-PL-PAN)	Inconsistente	1min	4	10,97
	Total		17min40seg	70,67	95,74
2002	Serra (PSDB-PMDB)	Consistente	10min23seg	41,53	23,19
	Lula (PT-PCdoB-PCB-PMN-PL)	Inconsistente	5min19seg	21,26	46,44
	Ciro Gomes (PPS-PDT-PTB)	Inconsistente	4min17seg	17,13	11,98
	Garotinho (PSB-PGT-PTC)	Inconsistente	2min13seg	8,87	17,87
	Total		22min12seg	88,79	99,48
2006	Alckmin (PSDB-PFL)	Semi-Consistente	10min13seg	40,86	41,63
	Lula (PT-PCdoB-PRB)	Inconsistente	7min12seg	28,8	48,61
	H. Helena (PSOL-PSTU)	Consistente	1min3seg	4,2	6,85
	Total		18min28seg	73,86	97,09
2010	Dilma Rousseff (PT-PCdoB-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB)	Inconsistente	10min38seg	42,53	46,91
	Serra (PSDB-DEM-PTB-PPS-PMN-PTdoB)	Inconsistente	7min18seg	29,2	32,61
	Total		17 mins56seg	71,73	79,52

Fonte: TSE.

Os dados do quadro acima apontam que na maioria dos casos os candidatos com maior número de votos são aqueles que contam com mais tempo disponível de HGPE. Porém, a relação “HGPE/votos” não é direta, vide o caso de Quércia que possuía seis minutos e meio de tempo de TV em 1994 e obteve 4,38% dos votos válidos, além de dois outros exemplos nos quais

candidatos com maior HGPE disponível perderam as eleições: José Serra em 2002 e Geraldo Alckmin em 2006.

Quando analisamos as coligações em conjunto, através de seu recorte ideológico constatamos que houve mudança no perfil da distribuição do HGPE ao longo do tempo. As alianças semi-consistentes detiveram a maior parte da divisão do tempo de TV em 1994,1998 e 2006. Em relação às inconsistentes, percebemos que sua proporção de tempo de propaganda eleitoral vai aumentando à medida que o tempo avança.

O próximo passo é avaliar e atribuir pontuação às coligações de acordo com os critérios anteriormente estabelecidos. De modo que as coligações presidenciais referentes ao HGPE tiveram a seguinte distribuição conforme o quadro abaixo:

QUADRO 7 - Classificação das Coligações quanto ao seu HGPE e consistência ideológica

Classificação	Ano	Coligação	Tempo de HGPE	Consistência Ideológica
Pouco (≤4mins)	1994	Lula (PT-PSB-PCdoB – PPS-PV-PSTU)	3min45seg	Consistente
	1998	Ciro Gomes (PPS-PL-PAN)	1min	Inconsistente
	2002	Garotinho (PSB-PGT-PTC)	2min13	Inconsistente
	2006	Heloiisa Helena (PSOL-PSTU)	1min3seg	Consistente
Médio (>4 mins. e ≤6 mins.)	1998	Lula (PT-PDT-PSB-PCdoB-PCB)	5min	Consistente
	2002	CIRO GOMES (PPS-PL-PAN)	4min17seg	Inconsistente
	2002	Lula (PT-PCdoB-PCB-PMN-PL)	5min19seg	Inconsistente
Muito (>6 mins.)	1994	Quércia (PMDB-PSD)	6min30 seg	Semi-consistente
	1994	FHC (PSDB-PFL-PTB)	8min 10 seg	Semi-consistente
	1998	FHC (PSDB-PFL-PTB-PPB-PSD)	11min40seg	Semi-consistente
	2002	Serra (PSDB-PMDB)	10min23seg	Consistente
	2006	Lula (PT-PCdoB- PRB)	7min 12 seg	Inconsistente
	2006	Alckmin (PSDB-PFL)	10 min13seg	Semi-consistente
	2010	Serra (PSDB-DEM-PTB-PPS-PMN-PT DO B)	7 min 18 seg	Inconsistente
	2010	Dilma (PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB)	10 min38 seg	Inconsistente

Fonte: TSE.

Nota: Coligações vencedoras em destaque.

No caso das coligações separadamente, notamos que o PSDB foi o partido que mais se beneficiou das alianças eleitorais para garantir maior tempo de TV, resultante de coligações eleitorais com partidos representativos na Câmara dos Deputados. Além de contar com sua própria bancada o partido teve como aliados de chapa o PFL/DEM em todos os pleitos, exceto em 2002 quando o PMDB foi seu único parceiro. Foram três as coligações com o PTB (1994, 1998 e 2010). O PT, por seu turno, vai gradativamente aumentando o seu tempo de HGPE à medida em que promoveu alianças com partidos independentemente de seu espectro ideológico. Portanto, é factível a tese de que os partidos coligados nas eleições presidenciais não priorizam a ideologia como fator definidor de suas estratégias de formação de coligações.

Através do recorte temporal e dos testes efetuados para esta variável constata-se que em geral as coligações vitoriosas atribuem muita importância ao HGPE, a exceção foi 2002 quando atribuiu-se à aliança petista pontuação média (0,66 pontos). Em todos os outros casos, as alianças vencedoras obtiveram pontuação máxima (1 ponto).

5.2 Gabinetes Presidenciais

É plausível supor que os partidos na formação da aliança eleitoral calculem que vencendo as eleições consigam cargos no gabinete do presidente da República eleito. Será analisado apenas o gabinete presidencial no dia da posse, pois isso indicaria que os partidos coligados levaram o acordo eleitoral para a arena de governo, com a intenção de ocupar algum cargo durante a administração. A inclusão ou exclusão de algum partido ao longo do mandato leva em consideração outros fatores na negociação da coalizão presidencial e dessa forma não foi aqui analisado.

A tabela 2 abaixo apresenta os dados relativos à composição ministerial na data da posse dos presidentes eleitos. Foram incluídos os órgãos da presidência da República nos quais o titular possui *status* de ministro:

TABELA 2 - Presidentes e Composição do Gabinete Presidencial (na posse)

Presidentes	Partidos Representados no Ministério (n° de ministérios por partido)	Ministérios sem partidos (% relativa ao total de ministérios)	N° de Ministérios	% de ministérios de partidos coligados na eleição	% de ministérios excluído o partido do presidente
FHC I	PSDB(6)-PMDB(2)-PFL(2)-PTB(2)	16 (57,1)	28	35,71	14,28
FHC II	PSDB(9)-PMDB(4)-PFL(3)-PTB(1)-PPB(1)-PPS(1)	12 (38,7)	31	45,16	16,13
LULA I	PT(22)-PSB(2)-PCdoB(1)-PV(1)-PL(1)-PTB(1)	8 (22,22)	36	66,67	5,56
LULA II	PT(18)-PSB(2)-PC do B(1)-PR(1)-PTB(1)-PMDB(3)-PP(1)	8 (22,8)	35	54,28	2,85
DILMA	PT(18)-PMDB(5)-PSB(2)-PP(1)-PCdoB(1)-PDT(1)-PR(1)	6 (17,14)	35	74,28	28,57

Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acessado em: 16/03/2014

Nota: Em destaque os partidos que pertenciam à coligação vencedora.

Constata-se que o número absoluto de ministérios sem vinculação partidária entre 1994 e 2010 diminuiu, ao passo que a quantidade de ministérios aumentou até 2006, quando estabilizou em 35. Em termos percentuais a proporção reduziu de 57,1% em 1994 para 17,14% em 2010, após um período de estabilidade entre o primeiro e o segundo governo Lula. Logo, é possível explicitar a tese de que os ministérios funcionaram como recursos políticos nos quais o partido da presidência se utiliza para angariar apoio no Legislativo.

Em termos partidários observa-se que nas coligações vencidas pelo PSDB a porcentagem dos partidos com representação ministerial não é majoritária na data da posse, enquanto que todas as coligações vitoriosas lideradas pelo PT apresentaram taxas de ocupação maiores do que 50%.

Por outro lado, a distribuição de pastas ministeriais foi concentrada entre ministros petistas em 2002 e 2006, e o PCdoB que sempre se aliou ao PT recebeu apenas uma pasta ministerial. Nas eleições de 2010 a composição ministerial teve uma maior distribuição entre os parceiros eleitorais, ainda assim, a maior parte do gabinete presidencial pertencia ao PT.

Também há de se mencionar que participar de coligações eleitorais vencedoras não garante assento ministerial. A única eleição em que todos os partidos da aliança foram contemplados com ministérios foi em 1994. Desde então ficaram excluídos do gabinete presidencial: o PSD em 1998, o PCB e PMN em 2002, o PRB em 2006, e em 2010 foram excluídos o PRB, PTN, PSC e o PTC. A exclusão dessas siglas pode ser atribuída à pequena representatividade delas na Câmara dos Deputados. Nenhum deles apresentou um índice de representação parlamentar acima de 5%, o que nos leva a crer que os presidentes eleitos valorizaram mais o tamanho da sigla na Câmara do que ser seu parceiro eleitoral. Cargos ministeriais atribuídos à outros partidos, inclusive alguns adversário na disputa eleitoral, reforçam essa constatação.

Contudo, como o cálculo dos partidos na formação da coligação é anterior ao pleito é possível avaliar em que medida sua estratégia foi contemplada realizadas as eleições. Avaliando a estratégia das coligações eleitorais vencedoras através do número de cargos ministeriais, excluídos os ministérios ocupados pelo partido do presidente, de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente o resultado foi o seguinte:

TABELA 3- Coligações vencedoras e proporção de cargos ministeriais

Ano	Coligações Vencedoras	% de ministérios por partidos (exceto partido do presidente)	Atribuição de importância (pontuação)
1994	FHC (PSDB-PFL-PTB)	14,28	Média (0,66 ponto)
1998	FHC (PSDB-PFL-PTB-PPB-PSD)	16,13	Média (0,66 ponto)
2002	Lula (PT-PCdoB-PCB-PMN-PL)	5,56	Pouca (0,33 ponto)
2006	Lula (PT-PCdoB- PRB)	2,85	Pouca (0,33 ponto)
2010	Dilma (PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB)	22,86	Muita (1 ponto)

Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>. Acessado em: 16/03/2014

Observa-se que na montagem do gabinete presidencial pertencer à coligação vencedora nem sempre garantiu assentos ministeriais, porém o perfil da equipe de cada presidente transparece nesses dados. A equipe de governo de Fernando Henrique Cardoso atribuiu uma importância média em 1994 e em 1998 e os partidos que compunham sua aliança eleitoral, excetuando o PSDB, garantiram em média 15 % das cadeiras.

Para a equipe de Lula, pertencer à coligação eleitoral representou pouco em termos de garantia de ocupação ministerial, os índices não somam 6%. É possível que imputem à verticalização das coligações, impostas pelo TSE às duas eleições, a proporção reduzida de parceiros eleitorais com assentos ministeriais no dia da posse. A impossibilidade de formar alianças eleitorais com outros partidos mais representativos em termos parlamentares poderia ter aumentado essa proporção. Pode até ser que isto tenha ocorrido em 2006, mas nas eleições por exemplo, 2002 os petistas distribuíram pastas ministeriais para partidos que compunham coligações adversárias. Assim, é plausível afirmar que o partido considerou pouco ter feito parte da sua coligação eleitoral como um critério a ser adotada na distribuição dos assentos ministeriais.

Finalmente, o governo Dilma atribuiu muita importância ao fato de uma legenda ter pertencido à sua chapa, distribuindo 22,86% de seus ministérios entre seus aliados eleitorais.

5.3 Representação na Câmara

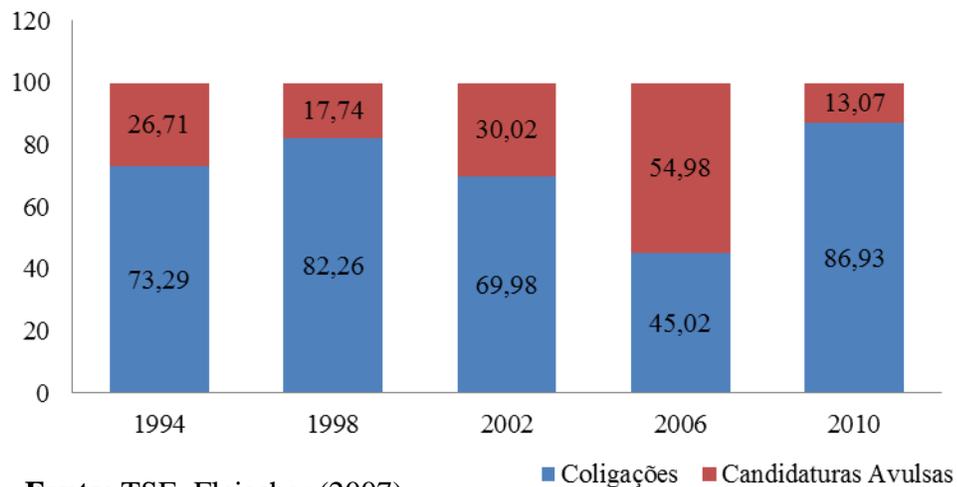
Nesta seção analisamos o desempenho eleitoral dos partidos na arena legislativa, mais especificamente, na Câmara dos Deputados. A comparação se dá entre o número de representantes eleitos dos partidos coligados e dos partidos avulsos. no sentido de existir outros níveis de disputa concomitantemente. A intenção é avaliar o desempenho da coligação vencedora da eleição presidencial na eleição para Câmara Essa consideração deve ser feita porque excetuando as duas siglas que encabeçam a coligação eleitoral (oferecendo candidatos para presidente e vice-presidente), os outros partidos visam ganhos em outras arenas, e entre elas está a eleição para Câmara.

Num primeiro momento é interessante avaliar em que medida os partidos que ganharam representação no Congresso coligaram-se para as eleições presidenciais. Lembremos que está sendo observado neste trabalho a composição da Câmara a partir do desempenho eleitoral dos

partidos, e não no momento em que as bancadas tomaram posse. É importante ressaltar este aspecto pois era comum que candidatos eleitos trocassem de legendas antes mesmo de assumirem o cargo.

O gráfico abaixo nos dá a medida comparativa entre a diferença de assentos conquistados por agremiações que se aliaram ou disputaram as eleições isoladamente.

Gráfico 5 – Porcentagem da representação parlamentar das candidaturas às eleições para Presidente da República (1994-2010)



Fonte: TSE, Fleischer (2007).

Em termos gerais identificamos que apenas em 2006 a representação na Câmara dos Deputados foi maior para as candidaturas avulsas. A vigência da verticalização fez-se sentir de maneira mais contundente nesta eleição, com partidos não-coligados obtendo a maioria das cadeiras. Aliás, em 2002 já havia ocorrido uma diminuição da representação parlamentar das coligações em relação ao pleito anterior.

As eleições em que as coligações para presidente obtiveram maior representação parlamentar foram as de 1994, 1998 e 2010, exatamente as eleições gerais sem a vigência da verticalização. Em 1994 o índice era de 73,29% e aumentou para 82,26% em 1998. Em 2010, os partidos envolvidos nas eleições presidenciais possuíam em conjunto mais de 85% da representação parlamentar.

Analisando individualmente cada coligação o que significou em termos de representação parlamentar? A tabela 4 abaixo nos apresenta essas informações:

TABELA 4 - Representação Parlamentar das coligações presidenciais (1994-2010)

Ano	Coligações	Representação Parlamentar*
1994	PSDB-PFL-PTB	188 (36,65%)
	PMDB-PSD	110 (21,44%)
	PT-PSB-PC do B-PPS-PV-PSTU	78 (15,20%)
	TOTAL	73,29%
1998	PSDB-PFL-PPB-PTB-PSD	298 (58,08%)
	PT-PDT-PSB-PC do B-PCB	109 (21,25%)
	PPS-PL-PAN	15 (2,92%)
	TOTAL	82,26%
2002	PSDB-PMDB	145 (28,26%)
	PT-PC do B-PCB-PMN-PL	130 (25,34%)
	PPS-PDT-PTB	62 (12,08%)
	PSB-PGT-PTC	22 (4,29%)
TOTAL	69,98%	
2006	PSDB-PFL	131 (25,54%)
	PT-PC do B-PRB	97 (18,91%)
	PSOL-PSTU	3 (0,58%)
	TOTAL	45,02%
2010	PT-PC do B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB	308 (60,03%)
	PSDB-DEM-PTB-PT do B-PPS-PMN	138 (26,90%)
	TOTAL	86,93%

Fonte: TSE, Fleischer (2007), Figueiredo e Limongi (2007).

* Cadeiras na Câmara dos Deputados

As duas coligações que contaram com maior representação na Câmara dos Deputados eram aquelas lideradas pelo PSDB e pelo PT. Durante esse período o PSDB encabeçou a chapa com a maior representação parlamentar em todos os pleitos em disputa, exceto em 2010 quando a coligação petista foi maior. Ou seja, as coligações vitoriosas nas eleições para presidente nem sempre obtêm também a maior representação parlamentar visto que em 2002 e 2006 a coligação vencedora foi a petista. Portanto, formar coligações presidenciais com o objetivo de obter maior representatividade no parlamento pode ser considerado uma estratégia de risco, pois não parece haver uma relação entre os desempenhos nas duas arenas.

Celebrar coligações é uma via de mão dupla. Os partidos maiores tem interesse em aumentar o seu tempo de TV, utilizar a estrutura partidária de correligionários em regiões nas quais eles não são tão fortes, diminuir a possibilidade de aliança entre os seus adversários e, é claro, conseguir mais votos. Mas o objetivo final das candidaturas dos maiores partidos é vencer

as eleições. Os partidos menores, por sua vez, tem uma estratégia distinta, que muitas vezes envolve aumentar a sua exposição frente ao eleitorado nacional. Nas regiões onde são fracos buscam o apoio da sigla nacionalmente mais representativa tentando aumentar a sua força local. É uma vez que a sua chapa eleitoral vença as eleições, eles tem interesse em cargos no governo.

É importante ter em mente que as alianças eleitorais presidenciais são formadas no âmbito de expectativa de resultados, com repercussão em outros níveis de disputa, no sentido de ter um caráter de jogos ocultos. Portanto, quanto maior for a expectativa de ganhos de um partido podemos dizer que é mais fácil para ele receber o apoio de outras siglas, em suma, ela tem um poder de atração maior. Ao mesmo tempo, para esse partido, chega um ponto em que não valeria mais a pena agregar mais um aliado na sua chapa, pois isso implicaria um aumento nos custos de negociação e perda de ganhos caso vençam as eleições. É como se houvesse uma curva de utilidade marginal na qual o aumento de um partido na formação de coligações chegasse a um ponto em que não geraria mais ganhos e sim perdas ao partido que lidera a chapa. Entretanto, não nos esqueçamos que inexiste a obrigatoriedade dos partidos se manterem unidos uma vez realizadas as eleições.

O teste baseado nos critérios previamente determinados apresentaram os seguintes resultados disponíveis abaixo:

TABELA 5 – Coligações vencedoras, representação na Câmara dos Deputados eleita e pontuação		
Coligação Vencedora	Representação eleita à Câmara (%)	Importância (pontos)*
1994 - PSDB-PFL-PTB	188 (36,65)	Médio (0,66)
1998 - PSDB -PFL-PPB-PTB-PSD	298 (58,08)	Muito (1)
2002 - PT-PC do B-PCB-PMN-PL	130 (25,34)	Pouco (0,33)
2006 - PT-PC do B-PRB	97 (18,91)	Pouco (0,33)
2010- PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB	308 (60,03)	Muito (1)

Fontes primárias TSE; Elaborado pelo autor.

*De 0 a 33% pouco (0,33 ponto)

De 33 a 50% médio (0,66 ponto)

Acima de 50% (1 ponto)

Observa-se que a importância de ter feito parte da coligação eleitoral vencedora não necessariamente garantiu cadeiras à Câmara dos Deputados, mesmo que em 1998 e 2010 a aliança vencedora tenha conseguido maioria representativa, conquistando aproximadamente 60% dos assentos. Em 2002 e 2006 o índice apresentou pequena importância aos partidos que

compunham a chapa vencedora, não totalizando um terço dos assentos. O caso de 2006 chama ainda mais a atenção, quando a coligação eleita para o Executivo não obteve nem um quinto da representação parlamentar. Nas eleições de 1994 a aliança PSDB-PFL-PTB obteve resultado médio, porém superou por uma pequena margem o nível de “pouca importância”.

5.4 O Índice de Pragmatismo Eleitoral

Após a realização dos testes para cada uma das variáveis, podemos agora determinar o índice de pragmatismo eleitoral, lembrando que serão somados os valores para cada um dos testes efetuados. O índice será qualificado como baixo, médio e alto, de acordo com os valores:

- Entre 0 e 1 (baixo) – as coligações eleitorais vencedoras foram pouco pragmáticas em relação às variáveis aqui testadas
- Entre 1,1 e 2 (médio) – atribuiu-se peso médio às variáveis testadas
- Entre 2,1 e 3(alto) – as coligações vencedoras foram muito pragmáticas na elaboração de sua estratégia aliancista.

A tabela 6 apresenta os resultados para cada uma das variáveis e a pontuação final para cada uma das coligações eleitorais vencedoras.

Tabela 6 – Índice de Pragmatismo Eleitoral (IPE) (1994-2010)				
Coligação Vencedora	HGPE	Representação Ministerial	Representação Câmara dos Deputados	IPE
1994 - PSDB-PFL-PTB	1	0,66	0,66	2,32 (alto)
1998 - PSDB -PFL-PPB-PTB-PSD	1	0,66	1	2,66 (alto)
2002 - PT-PC do B-PCB-PMN-PL	0,66	0,33	0,33	1,32 (médio)
2006 - PT-PC do B-PRB	1	0,33	0,33	1,66 (médio)
2010- PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB	1	1	1	3 (alto)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em primeiro lugar, o Índice de Pragmatismo Eleitoral (IPE) das alianças vencedoras apresentou três resultados altos e dois médios do que se conclui que: as coligações presidenciais vencedoras, quando definem as suas estratégias eleitorais, dão importância às variáveis

pragmáticas aqui estabelecidas. O índice ainda permite visualizar a gradação dessa importância. É possível apresentar a classificação das coligações eleitorais vitoriosas dado o grau de pragmatismo aqui determinado, partindo da menos à mais estratégica das alianças vitoriosas observadas, classificamos: PT (2002), PT (2006), PSDB (1994), PSDB (1998) e o PT em 2010.

Em segundo lugar, em nenhuma das eleições as candidaturas vitoriosas apresentaram níveis do IPE baixo. Isto significa que as candidaturas vitoriosas atribuem muita ou média importância à dimensão pragmática. Das variáveis aqui analisadas o HGPE corresponde àquela na qual os partidos mais atribuíram alta importância, mesmo em 2006 quando o IPE da coligação petista apresentou nível médio, o tempo de TV teve muita importância. A pergunta a ser respondida a seguir é: das coligações vencedoras, qual das duas dimensões (ideologia e pragmatismo) apresentou maior grau de importância?

6 -Mais pragmatismo e Menos ideologia

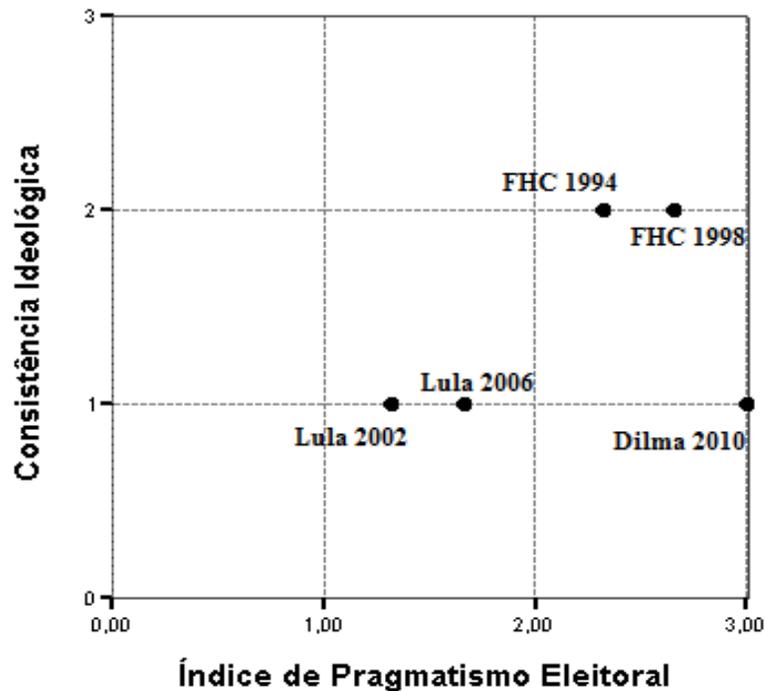
A análise acerca das coligações presidenciais no artigo aqui presente levou em consideração quatro variáveis: a consistência ideológica, a ocupação do horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE), a representação dos partidos coligados nos gabinetes ministeriais e a representação na Câmara dos Deputados. A ideia é comparar os índices de consistência ideológica com os índices de pragmatismo eleitoral das coligações vencedoras e determinar qual dos índices foi predominante dentro da estratégia de formação das coligações eleitorais presidenciais. A tabela 7 abaixo apresenta os dados reunidos:

Ano/Presidente	Partidos	Consistência Ideológica	Pontuação HGPE	Pontuação - representação ministerial	Pontuação - representação na Câmara	IPE
1994 - FHC I	PSDB-PFL-PTB	Semi-consistente	1	0,66	0,66	2,32
1998 - FHC II	PSDB -PFL-PPB-PTB-PSD	Semi-consistente	1	0,66	1	2,66
2002 - Lula I	PT-PC do B-PCB-PMN-PL	Inconsistente	0,66	0,33	0,33	1,32
2006 - Lula II	PT-PC do B-PRB	Inconsistente	1	0,33	0,33	1,66
2010 – Dilma	PT-PC DO B-PSB-PDT-PR-PRB-PTN-PSC-PTC-PMDB	Inconsistente	1	1	1	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com os dados tabela que apresentamos é possível elaborar um gráfico de dispersão que apresente os dados ali contidos de maneira à facilitar a visualização. O gráfico abaixo apresenta os dados de maneira que, quanto mais próximo a coligação se encontrar do do lado direito e abaixo, maior será seu nível de pragmatismo e menor a importância dada à ideologia na formação da coligação. Se ao contrário a coligação estiver localizada em cima à esquerda mais importante foi a ideologia e menos a dimensão pragmática.

Gráfico 6 – Ideologia e outras variáveis nas coligações presidenciais vencedoras (1994-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na comparação entre consistência ideológica e o índice de pragmatismo eleitoral, percebe-se que a este último foi atribuída maior importância dentro a estratégia de coligações das alianças vencedoras. No que diz respeito à ideologia, nenhuma delas apresentou coligações consistentes, embora o PSDB tenha formado coligações semi-consistentes quando venceu em 1994 e 1998, todavia, mesmo nesses pleitos, o IPE foi alto. As coligações pelas quais Lula foi eleito também apresentaram maior IPE do que nível de consistência ideológica, mesmo que seu índice de pragmatismo tenha se situado em nível médio. A coligação inconsistente de Dilma em 2010 foi a mais pragmática de todas aqui analisadas. É possível afirmar, portanto, que as coligações eleitorais vencedoras atribuem maior importância à dimensão pragmática do que a ideológica.

É interessante ressaltar que a análise aqui feita não excluiu a possibilidade de que as coligações eleitas, mesmo privilegiando a dimensão pragmática, valorizassem também a dimensão ideológica. Devemos destacar que elas não são excludentes, embora constatemos a inexistência de coligações ideologicamente consistentes.

O fato é que as coligações vencedoras não valorizaram essa dimensão na mesma intensidade em que se concentraram em obter ganhos eleitorais. Por essa razão afirmamos que as coligações presidenciais vencedoras, via de regra, foram mais pragmáticas do que ideológicas.

6.1 Nota final : as eleições de 1989

O trabalho não incluiu as eleições de 1989 pois esta tratou única e exclusivamente das eleições para o cargo de Presidente da República. Desta forma, a metodologia empregada na análise das coligações vitoriosas seria prejudicada uma vez que impossibilitaria a análise dos dados referentes ao resultado eleitoral à Câmara dos Deputados. O cálculo atribuído ao IPE seria dificultado e embora pudéssemos elaborar o IPE através da ponderação, excluída a variável “representação na Câmara” a análise perderia em conteúdo.

Porém, dada a importância de tal pleito à vida política brasileira, uma vez que trata-se da primeira eleição direta à Presidência da República após os anos do regime militar, e dada a existência das coligações eleitorais neste pleito faremos a análise separadamente desta eleição.

A tabela 8 abaixo apresenta os dados relativos à coligação eleita em 1989:

Tabela 8 - Coligação eleita em 1989, consistência ideológica, tempo de HGPE e gabinete ministerial

Coligação	Consistência Ideológica	Tempo de HGPE (% proporcional ao tempo total)	Nº de Ministérios	Gabinete ministerial* (nº de ministérios por partidos)	% representação ministerial- partidos da coligação**
PRN - PSC-PTR - PST	Consistente	10 min (16,67)	21	PFL (1) - PMDB (1) - PDS (1)	0

Fonte: Meneguello 1998, Fleischer 2007, www.presidencia.gov.br.

*Inclui órgãos da Presidência da República

** Excluído o partido do Presidente

Em termos ideológicos a coligação eleita foi consistente ideologicamente, o que apresenta uma característica diferente em relação às últimas coligações eleitas. Em 1989 a ideologia teve muita importância na decisão dos partidos em formar as coligações e dentre as alianças eleitas ela representa a única com tal característica até as eleições de 2010. O perfil ideológico das chapas vencedoras portanto parece ter passado por um período de transformação em que as coligações eram consistentes em 1989, passaram a ser semi-consistentes em 1994 e 1998 e, desde então (2002, 2006 e 2010), foram todas inconsistentes.

Do ponto de vista pragmático a coligação de Collor, em relação ao Tempo de HGPE, admitido os mesmos critérios utilizados para as outras eleições, foi de muita importância. De fato, as eleições de 1989 foi aquela que contou com o maior número de candidaturas dentre as eleições diretas à presidente, foram 22 duas chapas em disputa sendo 4 delas coligações eleitorais. Collor teve 10 minutos à sua disposição, o que ampliou o seu tempo de exposição na mídia. Caso tivesse optado por concorrer sozinho, seu tempo seria de 5 minutos dado os critérios de distribuição determinados pelo TSE (Lei nº 7773/89).

Por outro lado, em termos de representação ministerial, a sua coligação não logrou obter um bom resultado. Dos partidos que compunham sua chapa, observamos a inexistência de qualquer um deles no gabinete presidencial na data de posse. Aliás, nem mesmo o seu próprio partido (o PRN) chegou a ocupar algum assento no dia da posse.

Desse ponto de vista, julga-se que a coligação de Collor foi pouco pragmática em termos de ganhos em outras arenas por parte das siglas da aliança eleitoral vencedora. Contrasta essa constatação com os resultados obtidos para as coligações no período subsequente. As chapas eleitorais que elegeram FHC apresentaram altos índices no que tange essa dimensão. No âmbito da ideologia porém, a posição se inverte, tendo a coligação de Collor atribuído maior importância.

4 – CONCLUSÃO

O trabalho teve por objetivo contribuir ao campo de estudos das coligações eleitorais brasileiras, enfocando o tema das alianças eleitorais presidenciais vencedoras, através de duas dimensões consolidadas na literatura acerca do tema: a dimensão ideológica e a dimensão pragmática. Assim como apresentado em outros trabalhos sobre coligações em outros níveis de disputa (Soares 1964, Souza 1974, Lima Jr 1983, Santos 1987, Sousa 2006 e 2010, Dantas e Praça 2010, Miguel e Machado 2010), as coligações presidenciais vencedoras não privilegiaram a dimensão ideológica. Embora constataremos a presença de coligações consistentes quando da disputa, nenhuma delas foi eleita, e ainda, foram minoritárias em relação às semi-consistentes e inconsistentes. É plausível afirmar que os partidos são atores pragmáticos maximizadores de utilidades.

Além disso, como Krause e Godoi 2010, e Machado 2007 já apontaram, que as coligações para os Executivos estaduais foram predominantes, e nas eleições presidenciais essa tendência se repetiu. Em geral, a maior parte dos partidos envolvidos na disputa pela presidência está coligados.

A ideia defendida por Fleischer 2010, de que a verticalização fez com que ocorresse diminuição das coligações esdrúxulas (inconsistentes ideologicamente e/ou diferentes das coligações presidenciais) nas eleições em nível estadual em 2002 e 2006 deve ser relativizada. Se por um lado, em seu estudo foi constatada maior correspondência entre coligações estaduais e presidenciais, por outro, observamos aqui que o nível de inconsistência ideológica das alianças eleitorais presidenciais foi maior nesses pleitos. Portanto, devemos reconsiderar a utilização de um conceito que aborde ao mesmo tempo a consistência ideológica e a correspondência de coligações entre os níveis federal e estadual, é preciso separá-las no âmbito de análise.

Apesar da área de estudos sobre as coligações ter se ampliado ainda mais nos últimos anos, ainda são escassos os trabalhos que abordam as coligações presidenciais especificamente. A partir disto, buscou-se criar um indicador que incluísse outra dimensão que não a ideológica na análise das alianças eleitorais, para desse modo, determinar um nível comparativo entre as estratégias eleitorais coligacionistas. Reconhecemos que a ideia de que os partidos são atores

racionais e se aliam tendo em vista maximizar sua utilidade não é nova, porém, era preciso objetivar e quantificar essa “utilidade”.

Nosso esforço foi o de criar um índice que permitisse comparar em que medida os partidos priorizaram a estratégia pragmática na definição das coligações, sem que excluísse a possibilidade de avaliar também a dimensão ideológica. O Índice de Pragmatismo Eleitoral permite avaliar quanto os partidos foram estratégicos na dimensão pragmática (HGPE, assentos ministeriais e representação na Câmara) e ainda permite a comparação com outros indicadores de ideologia. Neste trabalho optamos pela utilização do grau de consistência ideológica, dado o reduzido número de coligações presidenciais a serem estudadas. O índice porém também possibilita a comparação com o Índice de Viés Ideológico (IVI)⁷.

Por fim, cabe destacar que o IPE, da maneira que foi aqui configurado, é útil para avaliar as coligações vencedoras presidenciais, se o objetivo do pesquisador for as coligações nos Executivos estaduais por exemplo, é possível reconfigurá-lo: ao invés de assentos ministeriais podemos analisar o número de secretarias estaduais distribuídas aos partidos da coligação (excluído o partido vencedor); e ao invés de calcular a representação na Câmara, o número seria substituído pela proporção de cadeiras conquistadas nas Assembleias Legislativas pelas coligações estaduais.

⁷ O IVI apresenta o cálculo da média do espectro ideológico dos partidos que compõem as coligações eleitorais dividido pelo número de partidos da coligação, dentro de um contínuo que vai de -1 a 1. Por exemplo, para cada partido de esquerda soma-se “-1” ao IVI, os partidos de centro recebem “0” e os de direita recebem “1” ponto respectivamente. Por fim, divide-se o resultado pelo número de siglas incluídas na coligação. Quanto mais próximo de -1 for o IVI mais à esquerda, quanto mais próximo de 1 mais à direita será a coligação.

5 – REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; STEIBEL, Fabro; CARNEIRO, Carolina Zoccoli. A Outra Face do Horário Gratuito: Partidos Políticos e Eleições Proporcionais na Televisão. *Dados*. Rio de Janeiro: v. 51, p. 459-487, 2008.

AMORIM NETO, O. . Algumas Conseqüências Políticas de Lula: Novos Padrões de Formação e Recrutamento Ministerial, Controle de Agenda e Produção Legislativa. In: Jairo Nicolau; Timothy J. Power. (Org.). *Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reformas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.55-73, 2007.

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA, J.F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. Tese de doutorado. Departamento de Ciência Política. São Paulo: USP, 2007.

DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil- antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impacto sobre os partidos. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

_____. Os Partidos Políticos. In: Lúcia Avelar e Antônio Octávio Cintra. (Org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2ª ed. São Paulo: UNESP, 2007, v. , p. 265-310.

_____. Reforma política no Brasil: os partidos em questão. In: Lúcio Rennó. (Org.). *Reforma Política em Questão*. 1ed. Brasília: Editora da UnB, 2008, v. , p. 163-190.

FIGUEIREDO, A. C. ; LIMONGI, F. . Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do governo e apoio legislativo da democracia brasileira. In: Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcântara Sáez. (Org.). *A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o Século 21*. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. 1, p. 147-198.

KRAUSE, Silvana. Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais x nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

_____. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

KRAUSE, S; Gonçalves da Silva, J. Partidos e sistema partidário na nova democracia brasileira: os partidos de centro nas eleições majoritárias estaduais (1986-2006). In: *X Brazilian Studies Association*, 2010, Brasília-DF. Anais do X Encontro da BRASA (Brazilian Studies Association). Vanderbilt: Vanderbilt, 2010. V. X. p. 1-15.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.

LIMA JR., Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, F. M. P.; CORTEZ, R. P. S. . As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos Estudos CEBRAP (Impresso)*, v. 88, p. 21-37, 2010.

MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

_____. Coligações minimamente vitoriosas no Presidencialismo: realidade ou ficção? O caso do Brasil. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MACHADO, Aline. *Alianças Eleitorais: Casamento com Prazo de Validade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACHADO, Carlos. *Identidades diluídas: consistência partidária das coligações para prefeito no Brasil- 2000 e 2004*. Dissertação de mestrado. Distrito Federal: UNB, 2007.

MARCHETTI, Vitor. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e a “verticalização” das coligações. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto;

MENEGUELLO, R. . *Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962). *Dados*, n.10, p.166-183, 1973.

PASQUARELLI, Bruno . Formação de Coalizões, Apoio Legislativo e Atuação Partidária no Presidencialismo Brasileiro. In: *35º Encontro Anual da Anpocs, 2011*, Caxambu. 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011. p. 1-30.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Velhos e novos companheiros: coligações eleitorais nos municípios do “G79” (1996-2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

RIKER, William. *The theory of political coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira*. São Paulo: Vértice/ Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

_____. *Partidos Políticos no Brasil (19945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

SCHMITT, Rogério, CARNEIRO, Leandro Piquet, KUSCHNIR, Karina. Estratégias de campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em eleições proporcionais. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 42, 2, 1999.

SOARES, Gláucio Ary. Alianças e coligações eleitorais: notas pra uma teoria. *Revista brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, p.95-124, 1964.

SOCORRO BRAGA, Maria do. Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil. In: SOARES, Gláucio Ary; RENNÓ, Lucio (orgs.) *Reforma Política e cidadania: lições de história recente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SOUSA, Vivaldo de. *As coligações partidárias no período de 1986-94 versus 1954-62*. Brasília: Editora Plenarium, 2006.

_____. Reeleição de governadores e posicionamento ideológico das coligações eleitorais nas eleições de 1998, 2002 e 2006. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

STRØM, Kaare. MÜLLER, W. (1999). *Policy, Office or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.

TSEBELIS, George. *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*. Berkeley: University of California Press, 1990.

Sites consultados:

www.tse.jus.br

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/pagina-inicial-3>

<http://www.conversaafiada.com.br/politica/2010/08/16/fortes-como-serra-destruiu-roseana>

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461107/noticia.htm?sequence=1>

Leis:

BRASIL. Lei nº 7454, de 30 de dezembro de 1985.

BRASIL. Lei nº 7773, de 8 de Junho de 1989.

BRASIL. Lei nº 8713, de 30 de Setembro de 1993.

BRASIL. Lei nº 9504, de 30 de Setembro de 1997.